

Mírian Assumpção e Lima

**CONFIANÇA NA POLÍCIA
EXPERIÊNCIA, INFORMAÇÃO E REFLEXÃO COMO FATORES
INTERVENIENTES**

Belo Horizonte

2003

Mírian Assumpção e Lima

**CONFIANÇA NA POLÍCIA
EXPERIÊNCIA, INFORMAÇÃO E REFLEXÃO COMO FATORES
INTERVENIENTES**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado da Escola de Governo da Fundação
João Pinheiro como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Administração
Pública.**

**Área de Concentração: Gestão de Políticas
Sociais**

**Orientadora: Doutora Berenice Martins
Guimarães**

**Belo Horizonte
2003**

Para

Débora e André, a quem, acredito, fiquei devendo algumas horas de mãe.

Aquelas e aqueles que, apesar da qualidade da experiência, confiam na Polícia Militar de Minas Gerais.

As e os policiais que se esforçam por oferecer experiências positivas à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Ao senhor Sávio Colombo Alves Torres, da Companhia de Cimento Portland-Itaú, que viabilizou minha participação no curso de mestrado, possibilitando que eu melhor me preparasse para servir aos que demandam atuação policial.

A Luis Eduardo Soares, que me sugeriu o tema, emprestou o livro do Sztompka e dedicou parte do seu tempo em discutir a importância deste estudo para as polícias militares.

À professora. Berenice Martins Guimarães, paciente e comprometida orientadora (assumo que os erros são meus).

À Maria Carmen Patrocínio e a Lúcio Alves que tanto apoio me deram na elaboração do projeto de pesquisa e no empréstimo de livros de grande utilidade.

Ao amigo de todas as horas Fernando Moutinho, que ajudou a revisar o projeto e parte do texto final, sugerindo mudanças e pesquisando sobre o assunto não sem “filar a bóia” sempre que aparecia.

Ao amigo Zeca, que me socorria com seu humor inteligente nas horas de desespero e de alegria.

A Cláudio Beato, por lembrar, trazer e enviar fontes de consulta internacionais que pudessem subsidiar o estudo.

À doutora Jacqueline Muniz e ao doutor Domício Proença Júnior pela participação na banca e por agregarem críticas e sugestões tão pertinentes a este estudo.

Ao presente que meu deus me deu, Elie Ghanem. Mais do que companheiro, é exemplo de persistência. Sua paciência e presença foram determinantes para que eu não desistisse do projeto. Acredito que depois desta, eu tenha superado o medo de ser ridícula. Obrigada pelo apoio, carinho e pela companhia.

“Palavras são erros e os erros são seus
Não quero lembrar que eu erro também.

Um dia pretendo tentar descobrir
Porque é mais forte quem sabe mentir
Não quero lembrar que eu minto também.

Eu sei.”

Renato Russo

RESUMO

Este estudo verifica a interveniência de elementos de informação e reflexão na opinião confiante que as pessoas têm na Polícia Militar. Isto porque, é recorrente, entre os estudiosos e nas pesquisas de opinião, estabelecer uma relação causal entre as experiências havidas e a confiança. Contudo, a formulação de Giddens (1991) sobre a confiança nos sistemas abstratos permitiu que se investigassem e identificassem outras variáveis e elementos que estariam presentes no estabelecimento dessa relação de confiança entre indivíduos e instituições. Com o conceito de reflexividade, reafirma-se a possibilidade de os indivíduos examinarem e reformularem as práticas sociais a partir das informações sobre essas mesmas práticas. A sustentabilidade da hipótese de que elementos de informação e reflexão são fatores que intervêm no estabelecimento da confiança na Polícia Militar foi verificada junto a líderes comunitárias, a partir de um modelo metodológico analítico estruturado em quatro dimensões. Embora a hipótese tenha sido rejeitada, o seu sentido geral continua verossímil. É possível que a maneira como se definiram os elementos de informação e reflexão tenha sido inadequada, por exemplo, para captar os graus em que a presença desses elementos pudesse vir a ser efetiva. Nessa direção, vislumbra-se a possibilidade de ajuste do instrumento utilizado na pesquisa de campo para posteriores verificações. Tantos indícios encontrados permitem que se insista na direção de pesquisar os elementos de informação e reflexão que intervêm no estabelecimento da confiança na Polícia Militar.

Palavras-chave: confiança na polícia militar; elementos de informação e reflexão; relação causal entre experiência e confiança.

Número de páginas: 89

ABSTRACT

This study shows the intervention of elements, as information and reflection in confident opinion which people has about military police. That happens because, it is usual between studios and opinion's research, you make a casual relation about experiences that you had and trust. Wherever, the Giddens (1991) formulation about trust in the abstracts systems let us to investigate and identify another variable and elements that would be present to establish this relation of trust between individual and institutions. With informations about the same practices in the past. The base of this hypothese, that elements of information and reflection are factors which interne on the establish of trust on the police was checked with comunitary's lidere, with a methodical model that comes with 4 dimensions. In spite of this hypothese has been rejected, your generical meaning still plausible. It is possible that how this elements was defined has been unsuitable, as an example, to take levels which this elements could come and turn to be effective. This way, we believe be possible to chance or adjust instruments used on the research for future experiences. All the many signs founded allow that we should insist on the direction to research information and reflection elements that interrupt the formation of the trust on the military police.

Keywords: Trust on military police, information and reflection elements, casual relation between experience and trust.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	09
INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 EXPERIÊNCIA E CONFIANÇA	18
1.1 As origens da polícia moderna	19
1.2 Os conceitos de confiança	28
Capítulo 2 VARIÁVEIS INTERVENIENTES NO ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA	38
2.1 A ação social e a confiança	40
2.2 Procedimentos adotados para a coleta dos dados	44
2.3 Variáveis intervenientes no estabelecimento das relações de confiança	48
2.3.1 Dimensões, variáveis e indicadores	48
2.3.2 Associatividade	49
2.3.3 Conhecimento	52
2.3.4 Reflexividade	53
2.3.5 Confiança	55
2.3.6 Resultado: aceitação ou rejeição da hipótese	59
Capítulo 3 A INTERVENIÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO NO ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA	61
3.1 Perfil das entrevistadas	62
3.1.1 Líderes comunitárias	62
3.1.2 Grupo de controle	63
3.2 Resultados na dimensão associatividade	64
3.3 Resultados na dimensão conhecimento	66
3.4 Resultados na dimensão reflexividade	70
3.5 Resultados na dimensão confiança	71
Capítulo 4 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
APÊNDICE	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 Variável Participação sócio-política	50
Tabela 2.2 Variável Iniciação no exercício da liderança	51
Tabela 2.3 Variável Acesso a informação	53
Tabela 2.4 Dimensão Reflexividade – Líderes Comunitárias	53
Tabela 2.5 Dimensão Reflexividade – Grupo de Controle	55
Tabela 3.1 Perfil sócio-econômico das líderes comunitárias	63
Tabela 3.2 Perfil sócio-econômico das entrevistadas do grupo de controle	64
Tabela 3.3 Dimensão Associatividade – Grupo de controle	65
Tabela 3.4 Dimensão Associatividade – Líderes comunitárias	65
Tabela 3.5 Dimensão Conhecimento – Líderes comunitárias	69
Tabela 3.6 Dimensão Conhecimento – Grupo de controle	69
Tabela 3.7 Dimensão Confiança – Líderes Comunitárias	70
Tabela 3.8 Dimensão Confiança – Grupo de controle	71
Tabela 4.1 Dimensões e aceitação da hipótese – Líderes comunitárias	73
Tabela 4.2 Dimensões e aceitação da hipótese – Grupo de controle	73

INTRODUÇÃO

“E na polícia, o senhor confia? O entrevistado fica em silêncio. Depois de um tempo olhando para o chão, responde: sei lá. Mais prá não. As polícia são covarde. As vez pega gente que num deve e judia. Mas tem uns que são bão”. C2, sexo masculino, analfabeto, 56 anos, 1s.m, Morro das Pedras.

Os problemas de ordem pública e a criminalidade afetam as sociedades nos campos político, econômico e social e a evolução dos fatos tem sido desalentadora. O aumento da violência nas relações interpessoais, o crescimento das taxas de crimes contra o patrimônio, a disseminação alarmante do uso e do tráfico de drogas, o crime organizado inquietam os governantes e os governados.

Os estudos sobre as causas econômicas e sociais dos distúrbios da ordem pública e da criminalidade apontam que essas desordens originam-se em ambientes caracterizados por diversas formas de desigualdade. As estatísticas criminais demonstram que, onde o desemprego é elevado, a urbanização é precária e o Estado é ausente, a probabilidade do crime cresce significativamente.

“Toda reflexão sobre os problemas policiais atuais deve levar em conta o seguinte: o desemprego, a pobreza engendram conflitos, divisões e violências. Aspirações frustradas, desilusões repetidas e ressentimento crescente solapam, naqueles que deles são vítimas, a confiança que poderiam ter nos mecanismos de regulação política, na legislação e nas instituições políticas, enfraquecendo igualmente a legitimidade destes últimos. Eles minam as regras do jogo social, corroem o consenso sobre os valores: os excluídos são levados a rejeitar a autoridade política, seja por se refugiarem na indiferença e na abstenção, seja por recusarem a submeter-se à lei e ao regulamento, seja ainda por mergulharem na violência aberta”. (Benyon apud Monet, 2001: 11).

Na maioria dos casos, é nessas condições que a polícia é chamada a intervir. O risco é que a atuação policial, nestas situações, ocorra com ações eminentemente repressivas, que podem provocar repulsa, ressentimentos e hostilidades por parte de integrantes das comunidades em relação à polícia. Uma das conseqüências decorrentes desse tipo de intervenção é a redução da participação das pessoas na ação policial. Essa participação é aqui entendida como sendo: (a) cooperação dos cidadãos com os policiais durante ocorrências e operações, acionamento do disque-denúncia e situações similares, quando a comunidade é chamada a colaborar com informações que aumentam a eficácia¹

¹ A eficácia diz respeito ao alcance de objetivos estabelecidos, é o resultado da equação: resultados esperados atingidos + resultados positivos não esperados - resultados esperados não atingidos.

policial; (b) envolvimento dos cidadãos nas discussões para elaboração, gestão e fiscalização das políticas que envolvam assuntos ligados à segurança pública e (c) sentimento de identificação dos cidadãos com sua polícia.

No Brasil, a cooperação, o envolvimento dos cidadãos e o sentimento de identificação com a polícia são dificultados por problemas históricos. Ao contrário da polícia inglesa², a polícia no Brasil foi instituída e permaneceu por um longo tempo, não a serviço da sociedade, mas do Estado e dos grupos dominantes, na direção do fortalecimento do uso privado da violência contra os adversários sociais daqueles grupos. Segundo Paixão *apud* Souza (1999), o resultado perverso desse modelo brasileiro de polícia em sua origem é a baixa confiança recíproca entre policiais e cidadãos.

Outro fato que merece ser lembrado é o golpe militar de 1964 e os 21 anos seguintes de regime de exceção. Nesse período, qualquer ameaça à ordem pública era considerada tentativa de subversão do poder político, sendo duramente contida pela Polícia Militar, principal força de repressão a manifestações ocorridas no espaço público.

Além dessas duas peculiaridades históricas que configuraram as relações entre a polícia, o restante do aparato estatal e a sociedade civil, concorrem também para que as pessoas não confiem na polícia diversos escândalos recentes com envolvimento de policiais em corrupção, em outros variados crimes e em desvios, bem como as críticas à repressão e sua ineficácia, principalmente em relação à população excluída.

Pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto de Pesquisa Lúmen (Lúmen), em 1999 e 2002, e pesquisa de vitimização conduzida pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), em 2002, sobre a violência na capital mineira, serviram de subsídio para a mídia estabelecer uma relação causal entre experiência com a polícia e confiança.

Não só para a mídia, também para estudiosos³, a ocorrência de experiências positivas ou negativas do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo têm um peso muito

² A *Metropolitan Police of London* foi criada pelo Parlamento, em 1829, em oposição ao controle e a subordinação política da polícia, seja por parte do poder executivo, seja por parte de líderes locais.

³ Refiro-me a Monet (2001), Paixão (1988) e Souza (1999).

significativo⁴ na não confiança que esse grupo de pessoas apresenta em relação à polícia. Aqui, experiências positivas são entendidas como baixo tempo de espera para resolução de problemas para os quais se acionaram postos de policiamento ou 190⁵, atendimento cortês e em conformidade com as prescrições legais. Por experiências negativas entendem-se as ocorrências de abuso de autoridade tipificadas nos artigos 3º incisos a), b), e i) e artigo 4º incisos a), b) e c) da Lei 4898, de 9 de dezembro de 1965⁶.

Poder-se-ia questionar a relação entre experiência negativa e não confiança. Entretanto, na seleção da amostra de líderes comunitários para esta pesquisa, procurou-se identificar aqueles que apresentassem indícios⁷ de confiança na polícia. Baseada na relação causal entre experiência com a polícia e confiança, uma possível formulação de problema de pesquisa poderia ser colocada pela pergunta: Como a ação policial influi no estabelecimento de relações de confiança entre os cidadãos e a polícia?

Os estudiosos citados anteriormente presumem haver certa relação entre experiência e confiança. Não parece haver motivo para divergir da presunção. Segundo as pesquisas de opinião e vitimização realizadas pelo Lúmen e Crisp, a influência da ação policial na confiança dos cidadãos na polícia varia de acordo com a renda, sexo, idade e escolaridade. As pessoas que mais confiam na polícia apresentam os seguintes perfis: a) homens de mais de 50 anos, de escolaridade baixa e baixa renda e b) homens de mais de 50 anos, de escolaridade alta e alta renda. Estes dois perfis constituem o grupo que pode ser chamado de confiantes típicos.

Contudo, proporções muito altas de pessoas fora dessas características também afirmam ter confiança na polícia. Estas pessoas comporiam um grupo de confiantes atípicos. Diferentes fatores podem atuar na constituição da opinião desse grupo. O problema passa a ser, então, identificar esses fatores. No enfrentamento do problema, este estudo

⁴ Em outras palavras, atribuem à ocorrência daquelas experiências a causa direta (e freqüentemente única) da confiança.

⁵ Número utilizado para chamadas telefônicas de emergência policial.

⁶ Estes incisos especificam os casos de abuso referentes à liberdade de locomoção, à inviolabilidade do domicílio, à incolumidade física e às prisões efetuadas sem a observância dos ritos legais. A opção por estes incisos deve-se ao fato de serem os mais citados nos *surveys* utilizados neste estudo.

⁷ Não foi perguntado às pessoas, antes de serem entrevistadas, se elas confiavam ou não na Polícia. A amostra de líderes foi selecionada entre aquelas que vem participando de forma sistemática das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Pública e de projetos em parceria com a PMMG. Em relação ao grupo de controle, a amostra foi selecionada aleatoriamente.

busca verificar a importância de um desses possíveis fatores. Esse fator é aqui denominado “elementos de informação e reflexão”.

Nesta pesquisa, os elementos de informação foram estabelecidos como sendo o conhecimento sobre: (a) os direitos legalmente instituídos; (b) o funcionamento dos órgãos públicos e entidades do terceiro setor; (c) o processo legislativo; (d) o processo judicial.

E os elementos de reflexão ficaram estabelecidos como sendo: (a) oportunidade de contatos diretos com autoridades dos três poderes e das três esferas de poder e com profissionais especializados; (b) acesso a leitura periódica de jornais, revistas e informativos; (c) participação em seminários, encontros e debates como assistente ou palestrante; (d) episódios de mobilização que tenha conduzido ou da qual tenha participado ativamente; (e) histórico de participação em movimentos estudantis; (f) vida associativa incluindo filiação a partido, sindicato, associações e entidades religiosas.

Estes elementos são observáveis em líderes comunitárias⁸. Supõe-se que a maioria das líderes comunitárias não inclusas no grupo dos confiantes típicos pode ter outra interpretação de experiências com a polícia se estiverem presentes os elementos de informação e reflexão. Assim, a ocorrência de experiências positivas e negativas do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo não predomina na constituição da opinião confiante que esse grupo de confiantes atípicos apresenta em relação à polícia. O que está implícito nesta suposição é que as pessoas confiam na Polícia Militar “enquanto instituição”⁹. Portanto, distinguem as atuações policiais negativas do desempenho da instituição, sendo aquelas vistas como desvio de alguns operadores.

Em relação a este grupo de confiantes atípicos, três outras possibilidades ainda poderiam combinar-se com a sua opinião confiante na polícia:

⁸ No grupo de líderes comunitários investigado e no grupo de controle a composição majoritária é de mulheres. Isto se deve ao fato das mulheres confiarem percentualmente menos na polícia do que os homens. Por este motivo, sempre que houver referência ao conjunto dos entrevistados, nesta pesquisa, isto será feito no gênero feminino. A flexão será destacada somente se necessária.

⁹ Ou seja, conferem legitimidade ao conjunto dos órgãos públicos que compõem “a polícia” e a uma noção geral de suas funções. No primeiro capítulo, a argumentação é corroborada pelos “sistemas peritos” propostos por Giddens (1991).

1. a ocorrência de experiências negativas do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo não impacta a opinião confiante que esse grupo de pessoas apresenta em relação à polícia, ou seja, mesmo tendo vivido experiência negativa o indivíduo confia na polícia;
2. a ocorrência de experiências positivas do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo tem peso significativo na opinião confiante que esse grupo de pessoas apresenta em relação à polícia e;
3. a não ocorrência de experiências do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo não interfere na opinião que esse grupo de pessoas apresenta em relação à polícia, ou seja, o indivíduo confia na polícia independentemente, sem que tenha havido experiências positivas ou negativas.

Nesta pesquisa, fez-se a opção por trabalhar com o grupo de confiantes atípicos que tiveram experiências positivas e negativas. Esta opção deu-se a partir da constatação de que, na bibliografia de referência e nos *surveys* utilizados, a dimensão pesquisada é, em sua totalidade, a que se refere à relação causal direta, ou seja, costuma-se entender que experiências positivas ou negativas determinam a confiança, sem que se considere a interveniência de outras variáveis.

A hipótese central em torno da qual este trabalho se desenvolve está formulada conforme segue.

Elementos de informação e de reflexão são fatores que intervêm no estabelecimento da confiança na Polícia Militar.

Para produzir evidências que corroborem ou não esta hipótese, entendeu-se ser prioritário (e mais conveniente que realizar outro *survey*) verificar a validade da hipótese junto a pessoas destacadas na atuação sócio-política em áreas reconhecidamente afetadas por abuso de autoridade por parte da polícia. Por isso, a opção pela pesquisa qualitativa¹⁰, por meio de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a líderes comunitárias do Morro das Pedras e do Taquaril¹¹. Haveria limitações de tempo

¹⁰ A metodologia utilizada neste estudo está detalhada no capítulo 2.

¹¹ A pesquisa de campo foi realizada nestas comunidades em razão de nelas estar sendo desenvolvidos projetos sociais pela PMMG nos quais estou diretamente envolvida. Por este motivo, tive facilitado o acesso e o conhecimento prévio das diversas pessoas que exercem liderança nestas comunidades.

e recursos para um *survey*, mas isso pode ser considerado secundário frente às vantagens de examinar a hipótese naquele grupo mais delimitado de pessoas.

No que se refere à relevância prática da opção por esses procedimentos deve-se considerar que o grupo de líderes comunitárias tem inegável influência na constituição da opinião pública dos integrantes de comunidades locais. Pode-se acreditar que aprender sobre as variações na opinião desse grupo é mais urgente frente ao que se venha a descobrir sobre essas variações no grupo geral de confiantes atípicos. O saber obtido a respeito de líderes comunitários sobre os elementos que podem gerar confiança na Polícia Militar tende a contribuir para propostas de grande viabilidade prática na redefinição da atuação policial.

Do ponto de vista da relevância científica deste trabalho, uma importante contribuição que ele pode dar é na construção de tipos a partir das experiências e pontos de vista identificados junto às líderes comunitárias. Essas experiências e pontos de vista serão focalizados na busca de elementos de informação e reflexão que podem ser intervenientes quanto à formação da opinião de confiar ou não na Polícia. Não é o propósito deste trabalho proceder a generalizações, mas seus resultados podem ter utilidade em outras tentativas que sejam baseadas em amostras probabilísticas.

Sob alguns aspectos, o relato de Souza (1999), constante de uma pesquisa realizada no 22º Batalhão de Polícia Militar, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, comprova tanto a relevância prática quanto a científica aqui assinaladas.

“Depoimentos de moradores de favelas e bairros pobres mostram que, embora tradicionalmente esses atores sociais tenham sofrido maior vigilância e arbitrariedade policial, não há consenso em relação à imagem que fazem dos policiais, demonstrando o tratamento diferenciado da polícia em relação à posição de classe, cor, idade, gênero, status econômico, familiar que as pessoas ocupam. Para alguns entrevistados, entre eles mulheres acima de 50 anos, homens adultos com emprego, casados e pais de família, a presença da polícia na comunidade representa segurança contra pessoas que são ameaça constante à tranquilidade do bairro — viciados em drogas, traficantes, bandidos, homicidas — que, pelo poder da arma e da ostentação do “estilo de vida fácil”, aumentam a incerteza da população ordeira quanto à realização de projetos de vida pessoais, seja corrompendo crianças e adolescentes para a entrada no mundo do crime e tráfico, ou diminuindo as chances de sobrevivência pelo aumento do risco de ser atingido por uma bala perdida, ou por uma bala certa, no caso de uma desavença, ou acerto de contas, em questão de vingança”. (Souza, 1999:39).

Este estudo trata da polícia pública, em especial da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). O conceito de confiança utilizado para nortear a discussão do tema¹² é o proposto por Giddens. Segundo o autor,

“a confiança é estabelecida a partir da crença de uma pessoa num dado conjunto de resultados e eventos. Essa crença expressa uma fé na probidade ou no conhecimento técnico do outro. Isto significa que o perigo e os riscos estão neutralizados ou minimizados por se acreditar no outro ou no sistema instituído, uma vez que, em condições de modernidade, a confiança está vinculada à contingência e não mais à idéia de “acazos controlados pelos deuses”. (Giddens 1991:40).

Na tentativa de verificar a importância da intermediação de elementos de informação e reflexão na opinião confiante que o grupo de confiantes atípicos apresenta em relação à polícia, este trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro, desenha-se um pano de fundo: a discussão da relação causal direta que vários estudiosos estabelecem, teoricamente e através de pesquisas, entre a qualidade das experiências (das próprias pessoas ou de outras que lhes são próximas) com a polícia e a confiança que estas mesmas pessoas podem ter na polícia. Esta relação causal é reforçada pelo histórico do nascimento das polícias modernas no mundo. No Brasil, a relação se sustenta ainda mais se se considerar que a polícia foi instituída a serviço do Estado fortemente controlado pelos grupos socialmente dominantes, com variações características tanto no período de ditadura militar quanto nos governos populistas. Um tal panorama conduz à compreensão de que o resultado perverso desta gênese é a baixa confiança na polícia militar.

No capítulo 2, busca-se expor a fundamentação das escolhas dos procedimentos adotados para coleta de dados que serão utilizados no exame da hipótese. Justifica a insuficiência da explicação baseada na relação direta entre experiência e confiança, o que permite compreender a opção por verificar a validade da hipótese junto a líderes comunitárias, dada a suposição de que estas, por meio da reflexividade, examinarão e reformularão as práticas sociais a partir das informações sobre essas mesmas práticas. Nesse capítulo, ainda, detalham-se as dimensões, seus valores e formas de mensuração que foram examinadas em campo.

¹² A definição de Giddens sustenta um ponto central do argumento do presente estudo que é a confiança na instituição e não em seus operadores. No capítulo 1, este argumento encontra-se descrito na íntegra.

No capítulo 3, a análise se concentra em verificar se os elementos de informação e de reflexão são fatores que intervêm no estabelecimento da confiança na polícia militar e em que medida isto acontece. Apresenta, também, os dados obtidos nas entrevistas. As conclusões deste estudo são o objeto de que trata o capítulo 4.

Com esta pesquisa, pretende-se contribuir para o debate atual acerca da segurança pública, especificamente quanto à eficácia policial. O estudo realizado reafirma uma das motivações que lhe deram origem: a idéia de que investir na relação de confiança entre cidadãos e polícia seria um dos melhores caminhos na busca de maior eficácia da atuação policial. Cada vez mais pessoas partilham desse ponto de vista, inclusive entre aquelas que forneceram dados aqui utilizados, a exemplo da seguinte declaração de uma moradora

“Eu não confio na polícia. Eles bateram no meu filho, queriam dinheiro. Mas, mesmo assim, com todo erro, tem que ter polícia e ela tem que trabalhar direito. Quando minha filha ia ganhar neném eu chamei a Polícia Militar e eles a levaram para o hospital. Se eu precisar da polícia de novo, eu chamo. Porque, apesar de tudo, na polícia, a gente precisa de confiar”. C1, sexo feminino, 49 anos, analfabeta, moradora do Morro das Pedras.

Capítulo 1

EXPERIÊNCIA E CONFIANÇA

“Maldito o homem que confia no homem”.

Resposta dada por uma líder comunitária quando perguntada se confia numa pessoa que conheceu há pouco ou se leva um certo tempo para confiar. E8, sexo feminino, 46 anos, ensino fundamental completo, Morro das Pedras.

Este capítulo dedica-se à discussão da hipótese segundo a qual é direta a relação entre a confiança e as experiências positivas ou negativas do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo com a polícia militar. Contudo, esta seria insuficiente para abarcar todos os casos de confiança na polícia. Os casos não inclusos são exatamente os que procurarão ser compreendidos com a hipótese principal formulada nesta dissertação.

Estudiosos como Monet (2001), Paixão (1988) e Soares (2000), também pesquisas de opinião e vitimização estabelecem uma relação causal entre as experiências vividas e a confiança. Desta forma, a qualidade envolvida na experiência, o seu sentido positivo ou negativo é tomada ao menos como interveniente à opinião confiante ou não que as pessoas apresentam.

Esta visão é reforçada pela gênese da função policial no mundo e, principalmente, pelo histórico da atuação da força policial no Brasil e, em especial, na cidade de Belo Horizonte, onde se realizou a pesquisa de campo em que se baseia este trabalho.

Luhmann (1980) afirma que a confiança implica uma análise de alternativas, a partir da qual a pessoa contempla conscientemente cursos alternativos de ação. Para ele, crença e confiança são conceitos distintos. Giddens (1991), entretanto, não concorda com a conceituação de confiança concebida por Luhmann, nem com a distinção entre confiança e crença. A confiança seria a própria crença de uma pessoa num dado conjunto de resultados e eventos.

As discussões teóricas contribuirão para verificar: (a) a consistência da relação causal entre experiência e confiança, (b) se outros fatores que não as experiências intervêm nesta relação e (c) se a confiança é dada à instituição ou a seus operadores.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira expõe a origem das polícias públicas no mundo e no Brasil e a segunda parte apresenta, entre diversos conceitos de confiança, as razões da escolha da definição mais adequada ao objetivo proposto por este estudo.

1.1 As origens da polícia moderna

A polícia surge para manter a ordem. E a forma como se dá a manutenção da ordem pela polícia deixa marcas profundas na sua interação com os diferentes grupos sociais. Desde os primórdios, a atuação da polícia não assegurou laços de confiança com a sociedade, mas há motivos para crer que, hoje, sejam cada vez mais necessários para a eficácia policial, principalmente entre os estratos desfavorecidos. Ao contrário, a atuação policial fez e faz emergir percepções sociais que não contribuem para a ampla participação na segurança pública, vez que a coerção indiscriminada e o uso ilegítimo que a polícia faz da força estão fortemente presentes na vida cotidiana e no imaginário coletivo.

Para estudar a polícia, é fundamental que se reconheça sua diversidade histórica no mundo. Dos nueres, no Sudão, à “Polícia do povo”, da ex-União Soviética; do Departamento de Polícia de Nova York até o Lensman rural da Noruega. Além disso, agências como o serviço de imigração dos Estados Unidos estão autorizadas a prender e deter. Alguns indivíduos também executam funções de segurança – vigilantes e guardas de segurança – e, no Canadá, há associações de prevenção ao crime na vizinhança. Todas essas organizações e indivíduos podem ser considerados policiais? Nessa direção, torna-se imprescindível um acordo quanto ao significado de polícia e dos sinais que permitem identificá-la, para que não sejam contestados usos que se fazem aqui desse conceito.

Em sua pesquisa *Padrões de policiamento*, realizada em sete países, Bayle (2001) estabelece um conceito de polícia ampliado, que permite incorporar historicamente uma variedade de instituições e pessoas que tiveram legitimidade para utilizar a força na sociedade até a instituição da polícia pública.

“(...) pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física. Esta definição possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva.(...) A competência exclusiva da polícia é o uso da força física, real ou por ameaça, para afetar o comportamento. A polícia se distingue, não pelo uso real da força, mas por possuir autorização para usá-la. (...) A estipulação do uso da força é essencial para excluir exércitos. (...) Autorização por um grupo é o terceiro elemento definidor. É necessário para que se possa excluir do termo polícia as pessoas que utilizam de força dentro da sociedade para propósitos não coletivos. (...) Para reiterar, força policial é autorizada por um grupo social a aplicar a força física dentro desse grupo. Sem esses elementos, a polícia não existe”. (Bayle, 2001:20).

Entretanto, um conceito tão ampliado quanto o de Bayle não se adequaria à polícia de que trata o presente estudo. Para uma pesquisa centrada na confiança, um significado mais restrito atribuído ao termo possibilita uma abordagem mais adequada do problema, definido no campo de debates e preocupações quanto à vida pública e à democracia. Esta foi a razão pela qual optou-se pelo conceito proposto por Bobbio (1997: 944), para quem a polícia pública é “uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa por em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e grupos para a salvaguarda e manutenção da ordem pública”.

Essa delimitação mais restrita do conceito de polícia importa, por exemplo, para a identificação do tipo de interesses aos quais ela pode servir, que podem ser os de alguns grupos particulares ou os interesses comuns estabelecidos como públicos. Mesmo a proliferação de empresas e serviços privados de segurança, nos últimos anos, denota justamente limites quanto à abrangência da atuação da polícia pública, além de sinalizar certo ceticismo quanto à eficácia de seu desempenho.

A polícia pública, servindo interesses públicos, obriga-se a zelar pela lei. Por sua vez, a maneira pela qual a polícia põe em ação as limitações que a lei determina é especialmente importante na construção da percepção e das relações entre a Polícia Militar e os diversos grupos sociais.

A evolução da polícia no trato com a lei não representa uma linha histórica direta e contínua. A trajetória da polícia no Brasil oscila entre o esforço de agir de modo compatível com o respeito à lei e o desempenho dentro de leis nem sempre democráticas. No Brasil e em outros lugares, a função policial, como hoje é entendida, nem sempre existiu, “ela é mais um produto de rupturas do que a consequência de um desenvolvimento que teria existido em germe desde as origens” (Monet, 2001:31). A

transição da proteção policial privada para o surgimento de instituições policiais dirigidas e mantidas pelo Estado não ocorre do dia para a noite, nem se trata de um processo concluído.

Para compreender esse processo, importa lembrar que a presença de proibições e tabus é encontrada mesmo nas sociedades pouco diferenciadas. Contudo, o respeito a essas normas e obrigações baseia-se num controle social imerso no funcionamento cotidiano do grupo. Com as mudanças na organização social, os conflitos passam a ser normalmente resolvidos por mediadores, os quais não dispuseram desde sempre de um meio coercitivo para impor suas decisões. No caso de fracasso nas negociações, os adversários estabeleciam as regras para dirimir a contenda pela guerra privada.

A presença de uma função policial é percebida a partir do momento em que a divisão do trabalho se intensifica e surgem estruturas diferenciadas de dominação política, religiosa e militar. No Brasil, todo o período colonial foi um período de ocupação militar do território e de defesa do patrimônio dos senhores de terras. Os pedestres, pessoas brancas com posses e que tinham alguma coisa a dever ao Estado português (título, função no Estado ou mina de lavra), faziam sua segurança por meio de seus próprios empregados. A vida social se concentrava no mundo rural. Somente com a chegada da família real, firma-se o desenvolvimento da vida urbana, juntamente com o dos órgãos administrativos do Estado imperial, com a constituição de um exército autóctone e de uma força pública responsável pela manutenção da ordem no município onde a corte estava instalada. A função dessa polícia era basicamente controlar escravos.

Para Monet (2001) e também Schwartz & Miller *apud* Bayle (2001), a industrialização, a urbanização e a tecnologia trazidas pela modernidade foram características básicas para a implementação de um policiamento público. Bayle, entretanto, de modo perspicaz e convincente, argumenta em direção oposta a esses autores, afirmando que “o policiamento público existiu em sociedades tão diferentes quanto a Síria antiga, a Roma clássica, a França absolutista, a Grã-Bretanha industrial, a Rússia feudal e a América contemporânea” (Bayle, 2001:46).

Desta forma, o fator que impulsiona a mudança da polícia privada para a pública não seria apenas a complexidade social e o conseqüente aumento da insegurança, mas um aumento da insegurança ligado à queda da eficácia da proteção privada.

“O policiamento público substitui o privado quando a capacidade dos grupos de prover uma ação protetora eficiente torna-se inferior à insegurança na sociedade em que estão inseridos. (...) Do mesmo modo, urbanização, aumento de riqueza e industrialização não geram, inevitavelmente, um sistema de policiamento público. Isto acontece apenas quando ocorre em conjunto com o aumento de insegurança social a um nível inaceitável, como o resultado percebido da queda de vitalidade das bases tradicionais da proteção da comunidade. Na Inglaterra, a industrialização destruiu a eficácia das paróquias enquanto unidade de organização da comunidade (Silver, 1967) (...) em meados do século dezanove as paróquias não comandavam mais as riquezas ou fidelidade necessárias para manter um regimento policial confiável”. (Bayle, 2001:47).

Porém, à exceção talvez dos regimes totalitários, o policiamento público nunca substitui, em sua totalidade, o policiamento privado. Mesmo assim, dois fatores indicam ser determinantes na mudança da polícia privada para pública: (a) mudanças sociais que enfraquecem a capacidade dos grupos privados para manter níveis aceitáveis de sua segurança e (b) a formação de comunidades políticas maiores, que enfrentam uma resistência violenta dos grupos que pretende abranger.

No Brasil, tudo leva a crer que as mudanças que enfraqueceram a capacidade dos grupos privados na manutenção da sua segurança foram os processos de consolidação do Estado nacional. Essas mudanças foram concomitantes ao segundo fator indicado por Bayle (2001) na substituição da polícia privada para a pública, ou seja, o Estado nacional brasileiro se estrutura como uma comunidade política em grande extensão territorial e enfrentando rebeliões armadas separatistas. A criação das organizações policiais foi simultânea à institucionalização do Estado e, pois, ao enraizamento desta na vida diária. Segundo Muniz (1999), tratou-se de empreendimento que se obrigou a incluir também as elites, em especial pelo obstáculo constituído pelo uso exclusivo e privado que faziam da força.

“O monopólio estatal do uso legítimo da força, resultou, portanto, de um trabalho de construção de alianças. O que de certa forma se refletiu nos primeiros desenhos de polícia que procuraram traduzir uma possível conciliação entre os arranjos privados de poder e o modelo universalizante do Estado”. (Muniz, 1999:53).

Se essa conciliação afetou a consolidação da polícia pública, condicionou também a intervenção desta nos conflitos sociais. Inclusive se se considerar, como Bittner *apud* Souza (1999:18), que, desde sempre, as formas utilizadas para a preservação da ordem não representaram a instauração da tranquilidade social. Compatibilizar ordem e paz é ainda, na perspectiva de Bittner, uma questão em aberto. De fato, a história tem evidenciado que

“é um grande desafio definir e implementar regras que garantam a convivência pacífica entre os homens, a regulação de conflitos e que assegurem a imposição de um modelo de ordem. Os instrumentos de controle dos comportamentos desviantes e dos transgressores da ordem vigente nunca foram dissociados do uso da coerção e do emprego da força física e têm sido ineficazes em atingir o objetivo de diminuir a violência e criar as condições para instauração e permanência da paz”. (Souza, 1999:18).

Na formação dos Estados europeus, no período anterior ao séc. XIX, os governantes políticos ofereciam proteção aos seus súditos contra as ameaças dos inimigos externos e opositores internos, mas também promoviam guerras, pilhagens, piratarias e corrupção. O surgimento de condições para a implementação de um modelo de ordem representado pelo Estado, condizente com o estabelecimento de novas formas de relações sociais exigidas pelo capitalismo mercantil emergente, baseou-se na produção de guerras.

Nessa trajetória, de maneira geral, as formas de violência coletiva que ocorreram na Europa, até o séc. XVIII, eram locais. Baseavam-se em lutas provocadas pelos reis e aliados (lordes, bandidos e piratas), na conquista de novos territórios e na proteção tanto das transações comerciais quanto do poder central. A efetivação do absolutismo, no séc. XVIII, possibilitou que os instrumentos de controle e manutenção da ordem estivessem vinculados aos interesses políticos e a serviço das forças dominantes no poder, sem qualquer compromisso com interesses populares.

Numa grande parte da Europa, a racionalização da produção agrícola marca o século XIX e inicia a expulsão e revolta dos aldeãos, que, desenraizados de suas terras, seguem para as cidades. De “classe laboriosa” passam a “classe perigosa”, uma vez que não conseguem trabalho ou são mal remunerados. Com uma violência variável, o recurso à força e à coerção, portanto, ao exército ou à polícia, mas preferencialmente à segunda, parece imprescindível para “civilizar”, isto é, socializar esses novos bárbaros.

“Durante séculos, a luta contra os distúrbios políticos e sociais é, na Europa, confiada principalmente ao exército. Mas, pouco a pouco, no decorrer do século XIX, os responsáveis militares se insurgem contra o emprego de suas unidades na manutenção da ordem urbana (...) Em caso de distúrbios coletivos, voluntários pouco organizados como milícias intervêm amiúde, fora do exército para manter a calma. Entusiastas, mas insuficientemente treinadas e equipadas, sem legitimidade, essas milícias contribuem para exacerbar os problemas de ordem pública mais do que para resolvê-los.(...) Premidos entre exércitos cada vez mais poderosos e milícias ineficazes ou pouco seguras, os Estados europeus escolhem reforçar a especialização policial no domínio do controle de multidões”. (Monet, 2001:66).

O Estado brasileiro desse período não se conduziu exatamente por esse encadeamento de luta contra distúrbios civis. Aqui, a especialização policial concentrou-se no controle de escravos. Porém, a abolição da escravatura no Brasil trouxe um sério complicador para a polícia. A identificação étnica dos fora-da-lei necessitou ser revisada, principalmente, com a chegada cada vez maior de imigrantes, embora os afrodescendentes continuem a ser até hoje um grupo fortemente discriminado, em geral e, inclusive, pela polícia.

O tipo de Estado policial europeu também se estabelece no Brasil, de modo que a manutenção da ordem significou o uso da força policial como instrumento direto de controle dos contingentes que passaram de “classe perigosa” a “classe laboriosa”. A multiplicação dos ramos de atividade econômica artesanal urbana se conjugou com o crescimento industrial constituindo um operariado expressivo nas primeiras décadas do séc. XX. Este operariado virá encontrar imensos obstáculos legais à manifestação de suas reivindicações e suas organizações serão duramente reprimidas pela polícia. A manutenção da ordem nesse contexto deu-se quase nada pela regulação de conflitos, sendo realizada sobretudo pela repressão dos adversários sociais das classes proprietárias.

Na Inglaterra, no início do séc. XIX, num contexto de amplas transformações, surge o conceito de uma organização policial moderna, estatal e pública, em oposição ao controle e subordinação política da polícia, seja por parte do poder executivo, seja por parte de líderes locais. “A criação da polícia significou, nesse sentido, o monopólio dos instrumentos de violência pelo Estado na imposição de um modelo de ordem sob lei” (Souza, 1999:21). Nesse mesmo período, durante o Império brasileiro, ainda se faziam tentativas incertas no sentido desse modelo de ordem sob lei. Para Holloway *apud* Muniz

“o Estado poderia ser descrito, nessa época, como um grande balão de ensaio do qual faziam parte o esforço de estatização dos serviços de segurança e as iniciativas voltadas para monopolizar o uso legal e legítimo da força. A configuração do sistema policial na Corte teria sido, segundo o autor, conduzido na base de tentativas e dos erros” (1999:52).

Tanto foi assim, que o sistema policial brasileiro precedeu a adequação do sistema legal, ou seja, conviviam organizações policiais semiprofissionais instituídas com um aparato

jurídico-formal precário, embora esse aparato seja indispensável ao trabalho profissional e cotidiano da polícia pública.

Sob esse aspecto, a força policial busca no modelo quase militar de organização, caracterizado pela ênfase em elementos como “o profissionalismo, o formalismo, a disciplina e a hierarquia de autoridade e comando” (Paixão, 1995:21), o referencial para legitimar o caráter neutro e profissional da atividade. Assim, a fim de atingir o status de serviço público, passaram os policiais a executar de forma regular o papel de “*agentes impessoais do Estado*” (Reiner, 1975), orientados por princípios racionais e legais no cumprimento de suas atribuições. Nesse sentido, de acordo com o historiador Reiner, a criação da instituição policial resulta do processo de racionalização no caminho da burocratização do Estado.

Entretanto, no Brasil, a mudança na natureza dos instrumentos de controle social da força policial moderna com a burocratização e o profissionalismo a ela correspondente não implicou uma nova percepção quanto aos agentes e situações considerados como focos potenciais de ações criminosas. Ao contrário, as “classes perigosas”, os movimentos de reivindicação política e a periferia social continuaram a ser objeto de maior vigilância e alvo preferencial da ação repressiva do Estado.

No Ocidente, a polícia moderna busca legitimar-se publicamente através dos *bobbies* ingleses (conhecidos como “gafanhotos azuis”). Desarmados, eles ensinavam que laços sólidos de confiança recíproca entre cidadãos e Estado, mais do que o uso da força, faziam o crime não compensar, garantindo a ordem e paz social. Esses policiais apresentam-se, sob esse aspecto, como “empreendedores morais”, cumprindo a missão de difundir os valores da sociedade vitoriana (Gatrell *in* Reiner, 1975) nas camadas populares.

Para o primeiro chefe de polícia, Robert Peel, a polícia tinha o papel de conter a violência criminosa que assolava a Inglaterra no início do séc. XIX. O desempenho desse papel disciplinador se daria ao educar a sociedade dentro dos princípios normativos da nova ordem vigente:

“O papel da polícia era levar às classes populares os valores civilizados da elite: nada de brigas, nada de violência, cobiça, vadiagem e bebedeira. A polícia deveria complementar, no espaço público da rua, o esforço das escolas, igrejas e fábricas em “colocar a casa do pobre em ordem”. (Paixão, 1991:39).

Essa prática policial, contudo, coloca em evidência a natureza do controle do Estado pela implementação autoritária de padrões de convivência e resolução de conflitos a partir da visão da classe dominante para as classes dominadas.

A tradição brasileira não se aproximou da alternativa moralizadora sobre os dominados. A opção foi a implantação de um modelo quase militar de polícia, que buscou ser uma barreira à corrupção e ao controle político da organização policial pelas classes dirigentes no poder. Mas resultou também no distanciamento da polícia em relação às classes populares, intensificando a desconfiança e resistência da periferia social à organização policial.

Esse processo de burocratização e, ao mesmo tempo, de profissionalização evidencia um dilema do modelo de ordem sob a lei. Dilemas dessa espécie são apontados nos estudos realizados pelo professor Paixão, para quem esses dilemas desafiam a polícia no trabalho prático de impor a ordem e fazer cumprir a lei nas sociedades de classe. São desafios a nova ordem jurídica que se inaugura com a criação da polícia moderna, “expropriando” os indivíduos do uso privado da violência como recurso para atingir fins, realizando o ponto central da noção de cidadania, ou seja, “a proteção pública e estatal dos cidadãos contra os custos externos correspondentes à ameaça criminosa” (Paixão, 1995:10).

“Do ponto de vista da análise sociológica, a polícia é um dos aparelhos repressivos do Estado, pela qual este instrumentaliza a regulação de comportamentos através do uso da violência legítima: encontra-se, no âmbito da legitimidade, a diferença entre a ordem emitida por um policial e por um bandido armado. A polícia cuida, portanto, para vigiar a implementação, pela sociedade, de normas públicas, explícitas e obrigatórias que descrevem modos “civilizados” de existência e de resolução de conflitos. A presença do policial relata a vigência dessa ordem normativa no espaço público e o porte de arma comunica a disposição, legalmente justificada, de imposição violenta da ordem face a resistência e recalcitrâncias de cidadãos, armados ou não. A criação da moderna polícia burocratizada representou um esforço de construção institucional no sentido, por um lado, de neutralizar a possibilidade de uso privado do instrumento público de coerção de comportamentos e, por outro, de orientar a ação instrumental da polícia por normas formais explícitas que especificam e restringem o uso da violência na imposição da ordem”. (Paixão, 1995:6).

Nesta perspectiva, o modelo de ordem sob lei, ao tornar os homens iguais em liberdades e direitos, evidenciou, por um lado, o caráter punitivo das sociedades democráticas que, ao incorporar a vontade da maioria soberana, implica a intolerância e intensificação do controle coercitivo sobre comportamento desviante das minorias. Esse argumento é reforçado por Bobbio (1997) para quem a “orientação classista da atividade de polícia

consentiu que normas claramente destinadas à salvaguarda da integridade física da população contra inimigos naturais tenham sido utilizadas com fins repressivos” (Bobbio, 1997:945). Por outro lado, significou a realização de um elemento intrínseco à noção de cidadania, ou seja, a restrição à arbitrariedade policial na imposição da ordem.

No Brasil, a situação não foi diferente. A esperança, segundo Bretas (1997), de que as formas democráticas do policiamento britânico predominassem foi esvaziada pela violência e corrupção policial, vez que os policiais empenharam-se mais na proteção das instituições do que dos indivíduos. As atribuições de polícia fracionaram-se em duas forças paralelas: polícia civil e polícia militar. A primeira teve sua origem na administração local, com pequenas funções judiciárias. A segunda surgiu da função do policiamento uniformizado de rua, mais como força de proteção do Estado, orientada pelos interesses da coroa.

“Em decorrência da falta de identidade e do baixo nível de aceitação da polícia militar, foi sugerida a criação de uma guarda-civil para exercer o policiamento da cidade – o que de fato aconteceu em 1903 – tendo-se mantido a polícia militar aquartelada para agir como força auxiliar do Exército, na ocorrência de graves desordens. O policiamento militar restringia-se às greves operárias e aos distúrbios políticos. Essas propostas ignoravam claramente a ineficiência da polícia militar quando chamada a operar em desordens de grandes proporções, como foi tristemente demonstrado por ocasião da revolta da vacina em novembro de 1904. Os conflitos não foram diferentes de precedentes do gênero. A polícia foi agredida por populares e a multidão só se acalmou quando a polícia abandonou as ruas e forças do Exército assumiram o patrulhamento. Isso não se dava por questão de forma de abordagem do controle de perturbações da ordem, mas refletia, antes, a imagem negativa que a polícia militar tinha junto da população, em contraponto com a estima deferida ao Exército. Também nas manifestações de protesto contra as companhias de bonde, em janeiro de 1909, o *Jornal do Commercio* registrou que as massas aclamavam o Exército enquanto verberavam “morra a polícia”. A imprensa, também elogiou a boa atuação da Guarda Civil, de melhor postura, maior cortesia, mais sensatez, enquanto aproveitou para criticar a barbárie da polícia militar”. (Lopes, 2002:32).

A Guarda Civil, entretanto, mesmo gozando de maior respeito e adesão popular acabou sendo absorvida, em 1964, pela polícia militar. Além do desafio de superar o descontentamento e desconfiança com que é recebida historicamente, a polícia militar e seus policiais ainda convivem com o paradoxo imposto pelo modelo de ordem sob lei.

“(…)“ordem” implica conformidade a padrões absolutos de moralidade, por outro, “lei” significa limites racionais à imposição de ordem. Esse dilema põe em questão qual definição de ordem a polícia deve seguir, e o problema enfrentado pelos policiais nas sociedades democráticas em fazer cumprir a lei, face a heterogeneidade e pluralidade de padrões morais que concorrem na definição do que é permitido e proibido”. (Paixão *apud* Souza, 1999:23).

Por meio do decreto-lei nº. 667, de 02 de julho de 1969, as polícias militares foram reorganizadas e colocadas sob a subordinação do Estado-Maior do Exército.

“A novidade na constituição das polícias militares é a atribuição de enfrentamento do crime convencional, numa atuação competitiva com a polícia civil (como veremos adiante) apesar de uma subordinação formal. O que estará em curso não será uma política de combate ao crime, mas a consolidação de uma certa concepção do Estado e da sociedade. Essa atribuição confunde o que tradicionalmente o regime republicano sempre buscou manter separadas, a repressão política (a contenção da ordem) e a repressão comum (combate ao crime). No momento em que se interrompe o enfrentamento da guerrilha urbana, as polícias militares vão desenvolver sua guerra contra o crime, utilizando as mesmas técnicas e se valendo da mesma impunidade”. (Pinheiro, 1982:65).

Na perspectiva aqui apresentada, a breve análise histórica sobre as origens da polícia e sua consolidação enquanto organização moderna e burocrática expõe o dilema enfrentado pelo Estado democrático e sua polícia. O desafio da discricionariedade na aplicação da lei para a polícia militar no Brasil encontra-se principalmente em conseguir superar o preconceito histórico quanto às classes perigosas, que, por uma ironia da alarmante desigualdade social brasileira, faz com que essas sejam os públicos que mais demandam a atuação policial e mais enfrentam os abusos de autoridade. Neste sentido, a desconfiança com que é recebida a polícia por parte destas populações não deveria causar tamanha surpresa na mídia e entre os estudiosos.

Contudo, parte significativa dessas populações confia na polícia militar, especificamente na cidade de Belo Horizonte, onde esta pesquisa foi realizada. No item seguinte, a discussão dos conceitos de confiança propostos por estudiosos¹³ que vêm se dedicar a esse tema, busca encontrar os elementos que sustentam essa relação de confiança, apesar da trajetória histórica da polícia militar no Brasil.

1.2 Os conceitos de confiança

Uma definição do termo confiança apropriada a este estudo precisará situar com coerência as atitudes possíveis tanto frente às instituições quanto frente aos seus operadores, uma vez que podem haver discrepâncias diante de umas e de outros. Essa

¹³ Principalmente Putnam (1991), Coleman (1990), Luhmann (1980), Giddens (1991), Soares (2000), Fukuyama (1996), Sztompka (1997), Seligman (1997) e Seligson & Rennó (2000).

exigência quanto à opção conceitual decorre do esforço principal deste estudo. Ele pretende compreender se o que se chamou de elementos de informação e reflexão intervém na opinião confiante que algumas pessoas mantêm em relação à polícia, independente da qualidade da experiência havida com ela.

Parte significativa dos autores pesquisados, nesta dissertação, investigam e mensuram a confiança interpessoal e não a confiança em instituições. A inferência para tal procedimento é a de que muitos desses teóricos aceitam que confiança interpessoal é a variável indispensável para que o capital social ocorra. Desta forma, esses estudiosos creditam que existindo confiança interpessoal, haverá confiança nas instituições.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que, neste estudo em particular, requer-se uma definição mais precisa porque aqui se levantou uma hipótese segundo a qual a atuação negativa de operadores pode ser indiferente para a atitude dos confiantes atípicos frente às instituições das quais estes operadores fazem parte. Assim, a confiança interpessoal pode não ser fator determinante para o estabelecimento de relações de confiança na instituição.

O termo confiança possui entendimentos diversos e importantes pesquisas realizadas para mensurar esta variável desconsideram a multidimensionalidade do conceito. Seligson & Rennó (2000) fazem uma crítica bem elaborada acerca das pesquisas realizadas por Putnam (1991) e outros pesquisadores sobre a limitada operacionalização do conceito de confiança. Segundo eles, estes pesquisadores consideram apenas a dimensão externa da confiança, ignorando uma dimensão interna. Este fato pode acarretar numa subavaliação do impacto da confiança mútua nas preferências individuais de engajamento em movimentos cívicos e de apoio ao regime democrático. E a confiança interpessoal é vista como um requisito crucial no padrão atitudinal que fortalece essas práticas.

Considerando a importância da diferença de opiniões frente às instituições e frente aos seus operadores, tudo parece levar a crer que o conceito de confiança estabelecido por Giddens (1991), em *Conseqüências da Modernidade*, seja uma boa maneira para se pensar sobre esta variável e tentar identificar os elementos presentes em sua formulação. A base para compreensão da definição de confiança na modernidade, para aquele autor, assenta-se em três premissas que se inter-relacionam: (a) a separação entre espaço e

tempo, (b) o desencaixe e (c) a reflexividade. Ele também detalha dez pontos que são dispostos em série, com os quais estabelece sua definição de confiança. A construção do arcabouço teórico de Giddens¹⁴, em razão dos pontos expostos, vai sustentar a discussão proposta sobre confiança neste estudo, apesar das críticas de Miguel (1999) e Seligman (1997)¹⁵.

Por entender que “o termo confiança aflora com muita freqüência na linguagem comum” Giddens vai buscar no *Oxford English Dictionary* uma definição. Ali, confiança está descrita como sendo “crença ou crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa ou coisa, ou a verdade de uma afirmação”.

Talvez por acreditar que o entendimento da variável confiança esteja estabelecido tal sua freqüência na linguagem comum, Soares (2000) em sua pesquisa *Quem tem medo da PM?* se propõe a analisar os determinantes da confiança na Polícia Militar do Distrito Federal, sem esclarecer o significado que atribui aos termos confiança e violência policial. Ele avalia o que chama de “efeito ripple”, ou seja, círculos formados na superfície da água quando se atira uma pedra e acaba por concluir sobre a aplicabilidade dessa teoria para demonstrar que cada violência policial afeta um círculo maior de cidadãos que deixarão de confiar na instituição. Como não foram explicitados o significado dos termos principais empregados em sua pesquisa, confiança e violência policial, inviabilizou-se a utilização da pesquisa de Soares (2000) no presente estudo.

Para Luhmann (1980), crença e confiança são conceitos distintos. A confiança implica uma análise de alternativas a partir da qual a pessoa contempla conscientemente cursos alternativos de ação. Essa análise de alternativas pressupõe consciência das situações de risco, o que não ocorreria com a crença. Assim, uma pessoa que não considera alternativas está numa situação de crença, enquanto outra que reconhece essas alternativas e tenta calcular os riscos encontra-se numa situação de confiança.

“Numa situação de crença, uma pessoa reage ao desapontamento culpando os outros; em circunstâncias de confiança ela ou ele deve assumir parcialmente a responsabilidade

¹⁴ Devo a M.Carmen Patrocínio as discussões iniciais sobre a importância de Giddens para o tema que optei estudar e a Lúcio Alves e Fernando Moutinho as críticas, as sugestões e a cessão da bibliografia. A Ananias José de Freitas (2001) devo a sugestão para inserir as circunstâncias em que Giddens constrói seu argumento sobre confiança na modernidade e a inteligente e pragmática recomendação quanto a olhar mais ceticamente as considerações otimistas do papel libertador e democratizador dos sistemas peritos.

¹⁵ O otimismo excessivo de Giddens nos sistemas peritos é criticado por estes autores e também por Lash citado por Miguel (1999).

e pode se arrepender de ter depositado confiança em algo ou alguém. A distinção entre confiança e crença depende da possibilidade de frustração ser influenciada pelo próprio comportamento prévio da pessoa”. (Luhmann *apud* Giddens, 1991:39).

Numa proposta semelhante à de Luhmann, Sztompka (1997) afirma que a confiança e a amizade estão intimamente relacionadas e que três tipos de orientação norteiam os “dilemas humanos” nesse campo.

“There are three types of orientation with which we may face that human predicament. The first is hope (or its opposite, resignation). This is a passive, vague, not rationally justified feeling that things will turn out to good (or to the bad). (...) Confidence can be described, therefore, as an emotion of assured expectation; and doubt similarly, as an emotion of assured disbelief. As Luhmann puts it “in the case of confidence you will react to disappointment by external attribution”. (...) Thus we have arrived at the simple, most general definition of trust: TRUST IS A BET ABOUT THE FUTURE CONTINGENT ACTIONS OF OTHERS”. (Sztompka, 1997:24-25).

Fukuyama (1996), não fala em aposta igual a Sztompka, mas numa direção que se pode dizer similar, conceitua confiança como sendo a “expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseada em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade” (1996:41). Entretanto, o autor não especifica porque, em sua pesquisa, confiança é expectativa, porque essa expectativa nasce em comunidade de comportamento estável, o que é honesto ou cooperativo e de que maneira estas variáveis se interrelacionam ou intervêm (caso o fenômeno ocorra) no estabelecimento da confiança, dificultando sobremaneira a compreensão do que ele propõe ser esta variável.

Todavia, nem todas as tentativas de conceituar confiança são precárias. Giddens (1991) lança mão da definição do *Oxford* para iniciar a construção do argumento com o qual se contrapõe à distinção entre crença e confiança proposta por Luhmann (1980). Isto porque, no dicionário, os termos já são apresentados como sinônimos.

Não havendo distinção entre confiança e crença, a primeira é estabelecida a partir da crença de uma pessoa num dado conjunto de resultados e eventos. Essa crença expressa uma fé na probidade ou no conhecimento técnico do outro. Isto significa que o perigo e os riscos estão neutralizados ou minimizados por se acreditar no outro ou no sistema instituído, uma vez que em condições de modernidade a confiança está vinculada à contingência e não mais à idéia de “acazos controlados pelos deuses”.

Limitações na operacionalização do conceito elaborado por Soares (2000), Bayle (2001) e Fukuyama (1996) podem ser um dos pontos que também deixou inconsistentes as

discussões propostas por Putnam (1991), Fukuyama (1996) e Coleman (1990) sobre a variável confiança na construção do capital social e da cultura cívica. E a confiança nas instituições é fator fundamental para que as pessoas se envolvam nas diversas questões de interesse coletivo, vez que este aumenta a participação e esta melhora sobremaneira a eficácia das instituições e da democracia. Apesar de essas afirmações não se adequarem ao envolvimento em questões de interesse coletivo durante movimentos revolucionários, nos quais este envolvimento se remete à destruição das instituições e da ordem que elas reproduzem.

Para Fukuyama o capital social é uma “capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade” (1996:41). Para ele, os indivíduos do grupo devem adotar normas de conduta comum, a fim de que a confiança se generalize. Assim, o capital social não seria adquirido por meio de indivíduos que agem isoladamente. Mais propositivo que Fukuyama, mas também rejeitando o individualismo extremo presente na teoria da escolha racional, Coleman (1990) afirma ser esta teoria o ponto de partida da teoria do capital social aqui entendido

“como o conjunto de normas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas redes sociais informais desenvolvidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana, resultando em numerosos benefícios diretos ou indiretos, sendo determinante na compreensão da ação social”. (Lima, 2001:49).

A retomada dos debates sobre capital social, na década de 80, e sobre sua importância para o bom funcionamento das instituições e, conseqüentemente, da democracia colocou a confiança no centro de debates e de pesquisas¹⁶, conforme afirma Seligson & Rennó (2000). Isto porque o capital social está centrado no argumento de que quanto mais confiáveis os indivíduos, mais predispostos estes estarão para a cooperação voluntária e a participação social e política. Putnam chega a afirmar que “a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você” (1991:178).

A confiança, para os teóricos do capital social, é o fundamento que assegura uma rede informal de relações necessárias à vida associativa. Os indivíduos devem confiar uns nos outros para garantir

¹⁶ Ver Bourdieu (1986), Loury (1981), Coleman (1988,1990), Putnam (1993) e Lima (2001).

“(...) por exemplo, a continuação de negócios em determinados ramos e mercados, legais ou não; a obtenção de empregos pela indicação de conhecidos para ocuparem postos de trabalho disponíveis; a resolução de questões individuais nos problemas do cotidiano. Mesmo com a crescente racionalização da vida moderna, as relações pessoais continuariam a ser determinantes na construção da sociabilidade, relações estas que podem ser utilizadas de forma positiva na implementação de programas sociais, daí serem consideradas um capital disponível na sociedade”. (Lima, 2001:48).

Nesta perspectiva, a confiança mútua é a garantia para que a sociedade e as instituições estejam em atividade. A falta de confiança interpessoal seria responsável, segundo Almond (1981), pelas dificuldades na formação do capital social e numa cultura política subordinada. O desencadeamento da não confiança leva ao familismo amoral¹⁷ descrito por Banfield (1967) e adaptado por Reis (1995) ao caso latino-americano.

As estruturas sociais, entretanto, funcionam distintamente fazendo com que um mesmo indivíduo aja diferentemente em estruturas sociais diversas, gerando graus de confiança desiguais e aumentando os riscos desse "capital". Em outros termos, o *capital social* depende da estabilidade das instituições e sua ruptura implica na perda desse capital, com o fim das regras e normas aceitas socialmente.

Uma “*síndrome de cultura cívica*” é verificada nos estudos de Ronald Inglehart (1988;1997), que, utilizando dados de pesquisas de opinião, conclui que a “estabilidade sistêmica da democracia é altamente influenciada pela configuração das orientações culturais individuais” *apud* (Seligson & Rennó, 2000:786). Para Inglehart (1997), o sucesso do regime democrático seria garantido por valores como satisfação pessoal, confiança mútua e apoio a ordem social, o que o permite concluir sobre a centralidade do papel da *síndrome de cultura cívica* na estabilidade de um regime democrático.

À parte o fato de esses assim chamados valores poderem também garantir regimes não democráticos, tais conclusões são contestadas por Muller & Seligson (1994), para quem os atributos da cultura cívica não têm impacto significativo nas alterações do regime político e que os valores políticos são igualmente afetados pelo desempenho do regime democrático. Para esses autores, a instabilidade de regimes democráticos está mais fortemente ligada a fatores como a desigualdade social do que a níveis de engajamento

¹⁷ “A ausência de confiança entre cidadãos está no cerne da cultura política subordinada e dificulta a formação do capital social. Banfield descreve este fenômeno e o denomina de familismo amoral”. Seligson & Rennó (2000:785).

político. Assim, podem concluir que a estabilidade democrática precede as orientações subjetivas de massa, não podendo desta forma ser explicada pelas mesmas.

Antes de estabelecer sua definição sobre confiança, Giddens discute conceitos e pontos fundamentais que irão sustentá-la. Seu debate está centrado na modernidade e, sob este enfoque, o presente estudo foi desenvolvido¹⁸.

“O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço) e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos”. (Giddens, 2001: 25).

O inter-relacionamento destas três fontes é base para compreensão do conceito confiança na modernidade, conforme descrito a seguir:

1) A separação entre tempo e espaço. O cálculo do tempo, nas sociedades que antecederam a modernidade, estava vinculado ao espaço. A separação entre tempo e espaço tem início com a universalização da organização social do tempo e a uniformização de sua medição. “Os contextos locais, dominados pela presença física, são paulatinamente substituídos por uma complexidade de relações com outros contextos, distantes localmente de qualquer relação face a face” (Freitas, 2001:58). Esta separação é a condição que assegura o desencaixe.

2) O desencaixe Este processo se dá pelo deslocamento das relações sociais locais para dimensões indefinidas de tempo e espaço a partir de dois mecanismos: (a) a criação de fichas simbólicas e (b) os sistemas peritos.

“Fichas simbólicas seriam meios de intercâmbio que podem ser circulados sem ter em vista as características dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. O grande exemplo de uma ficha simbólica é o dinheiro. O dinheiro possibilita a realização de transações entre agentes que se encontram separados no tempo e no espaço. Os sistemas peritos, considerados por Giddens como o mais importante mecanismo de desencaixe, são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. (Freitas, 2001:59).

Tanto as fichas simbólicas quanto os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe conforme deslocam as relações sociais das condições limitadas ao contexto imediato. Estes mecanismos desencaixam construindo relações de confiança em situações

¹⁸ A discussão que se segue está fundamentada no estudo de Freitas (2001:58-62).

distanciadas no tempo e no espaço. Neste sentido, a confiança está intrinsecamente envolvida com as instituições da modernidade, por estar revestida não por capacidades individuais, mas abstratas. As pessoas que usam o dinheiro o fazem não na presunção de que outros, os quais nunca viram, honrem seu valor, mas é no dinheiro enquanto tal que se confia. Da mesma forma, as pessoas ao saírem de casa em um carro confiam que o seu próprio carro, as vias, os semáforos funcionem. Isto por creditarem aos responsáveis pela fabricação do carro e construção das vias habilidades necessárias para tal e numa fiscalização contínua para que o desempenho de tais sistemas não seja afetado.

3) Reflexividade Giddens (1991) denomina de “monitoração reflexiva da ação” o fato de as pessoas manterem-se em contato com as bases do que fazem como parte integrante e rotineira do fazer. Assim, na modernidade, “a reflexividade está no fato de que as práticas sociais são, o tempo todo, examinadas e reformuladas sob o efeito das informações sobre essas mesmas práticas” (Freitas, 2001: 60). Fora da modernidade, as práticas são monitoradas integrando tradição e organização tempo-espacial da comunidade sendo o presente interpretado pela perpetuação das gerações anteriores.

Giddens vê na reflexividade uma forma de mais autoconsciência e mais liberdade para as pessoas e, conseqüentemente, a possibilidade de estas exercerem um maior controle sobre suas vidas. Isto porque, “a produção de conhecimento e de técnicas dos diversos sistemas peritos seriam apropriadas, constantemente pelos leigos, que, racionalmente, acrescentariam em seus cálculos e decisões o conhecimento perito” (Freitas, 2001:61). O autor parece plenamente convencido do papel libertador e democratizador dos sistemas peritos, apesar de ressaltar que a apropriação reflexiva do conhecimento ocorre de forma heterogênea entre as pessoas, vez que as com mais poder têm mais condições para isso.

A partir da idéia de que a confiança está vinculada à contingência, as situações e formas como esta se apresenta nos contatos pessoais e impessoais são estabelecidas. Da mesma maneira, situações e formas de apresentação da confiança são estabelecidas no trato com as instituições. Duas situações estruturam a argumentação de Giddens (1991): (a) os *compromissos com rosto* ou contatos pessoais e, (b) os *compromissos sem rosto* ou os impessoais.

Os *compromissos com rosto* são o ponto de partida para ele iniciar a construção de seu argumento sobre confiança na modernidade, buscando elementos no conceito de *desatenção civil* de Goffman (1982). A *desatenção civil* é responsável por manter, de maneira harmônica, os milhares de encontros que “compõem a vida cotidiana nos cenários anônimos da atividade social moderna”. Ela também pode ser chamada de *estranhamento polido e exemplificada*, a partir dos milhares de encontros casuais. Nas ruas, as pessoas se cruzam após se entreolharem rapidamente, numa presunção de “confiança em encontros regulares com estranhos em lugares públicos”. Quando essa confiança não pode ser presumida, as pessoas se olham com ódio ou evitam se olhar. O rosto, nessas situações, pode exprimir: confio ou não confio em você.

A “*desatenção civil* é confiança como “ruído de fundo”– não como uma coleção fortuita de sons, mas como ritmos sociais cuidadosamente comedidos e controlados. Ela é característica do que Goffman chama de “*interação desconcentrada*” (Giddens, 1991:86).

Os encontros ou “*interação concentrada*” envolvem outras práticas para conquista e manutenção da confiança, ou seja, presunção de uma confiabilidade estabelecida ou a utilização do tato e da polidez. A confiabilidade é estabelecida em relações de longo prazo ou no que ele denomina *sistemas abstratos*, instituições constituídas de pessoas que, em razão do conhecimento técnico, são merecedoras de confiança.

O argumento central de Giddens (1991) é que a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, em função dessa confiabilidade na perícia estabelecida. Um dos significados disto é que ninguém pode optar por sair completamente dos sistemas abstratos envolvidos nas instituições modernas, a menos que se torne um *Crouzoé*.

Entretanto, mesmo confiando nas instituições, as pessoas sabem que essas são constituídas de outras pessoas, que são falíveis. Assim, os *compromissos com rosto* tendem a ser dependentes da postura que os operadores do sistema apresentam. O contato entre pessoas e operadores é denominado, por Giddens, *ponto de acesso*.

Em alguns casos, pessoas que tiveram experiências negativas num dado ponto de acesso, onde as habilidades técnicas requeridas falharam ou não foram devidamente utilizadas, podem decidir abandonar os contatos pessoais que envolvam o operador

responsável pela experiência negativa. Em outros casos de experiências negativas, as pessoas podem se conduzir a “um tipo de cinismo resignado ou, onde isto é possível, ao desengajamento completo do sistema” Giddens (1991:94).

Entretanto, as pesquisas de opinião e os estudos do próprio Giddens apontam que um percentual significativo de pessoas que tiveram experiências negativas num dado ponto de acesso mantêm-se confiante no sistema. O que faz com que essas pessoas continuem confiantes?

A insuficiência da explicação baseada na relação direta entre experiência e confiança é que permite compreender a opção por verificar a validade da hipótese junto a pessoas que fariam mais uso da reflexividade. Este debate será realizado no próximo capítulo.

Capítulo 2

CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE: DIMENSÕES, VARIÁVEIS E INDICADORES

“Perguntada se confia na polícia militar, respondeu que sim. Perguntada se as demais pessoas do Taquaril vêm a polícia da mesma forma, disse que não. E acrescentou que o fato de acompanhar o trabalho social que a polícia vem desenvolvendo no local, de freqüentar as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Pública da 128ª Companhia faz com que ela tenha informações que as demais pessoas não têm. São estas informações, segundo a entrevistada, que a permitem confiar na Polícia”. E1, sexo feminino, 43 anos, 6ª. série do ensino fundamental.

Neste capítulo, apresentam-se os fundamentos das opções pelos procedimentos adotados na coleta de dados que serão utilizados no exame da hipótese central deste estudo. Essas escolhas foram feitas em consonância com o entendimento de que a relação direta entre experiência e confiança não pode ser aceita sem ressalvas. Conforme se enfatizou no capítulo anterior, não é irrelevante o fato de haver pessoas que afirmam confiar na polícia independente das experiências que tenham tido com essa.

Salientar que nem todas as pessoas se enquadram exatamente nesse esquema reativo, no qual as opiniões são assumidas como mero efeito da atuação de outros agentes, mostra a afinidade deste trabalho com certas opções teóricas que compõem parte importante do debate sociológico sobre as relações entre sistema e ator. Assim, para além do determinismo do sistema sobre a ação do indivíduo (afirmado por obras clássicas em que se sobressai Durkheim (1993)) encontra-se a capacidade de iniciativa e escolha pelo indivíduo. Pode-se ter uma percepção a respeito dessa capacidade de escolha na síntese das vertentes da teoria da ação formulada por Dubet (1994).

A opção pela pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, possibilitou obter das pessoas investigadas dados sobre suas representações, numa intervenção compatível com a idéia de que a ação humana é construída ao lidar com o mundo e que os indivíduos têm que forjar uma linha de ação. As críticas de Seligson & Rennó (2000), bem como as questões que elaboraram para verificar a dimensão interna da confiança interpessoal foram agregadas a esta pesquisa. Isto porque se aceita a

argumentação dos pesquisadores de que a confiança é uma variável multidimensional e diversas pesquisas (incluindo os *surveys* realizados pelo Lúmen e pelo Crisp em Belo Horizonte) sobre a confiança na polícia desconsideram a variação interna do conceito¹⁹.

O roteiro de entrevistas desta pesquisa está estruturado em duas partes. A primeira busca levantar os dados do perfil sócio-econômico das entrevistadas. A segunda parte está dividida em quatro itens, cada um relativo a uma dimensão analisada para verificar a validade da hipótese central. As quatro dimensões estabelecidas são: a) associatividade; b) elementos de informação; c) reflexividade; e d) confiança. Para cada dimensão, foram elaboradas variáveis e, para estas, estabeleceram-se indicadores na tentativa de construir tipos confiantes.

Para Giddens (2001), uma maior confiança nos sistemas abstratos decorre da ausência de conhecimento específico que se tem desses sistemas. Entretanto, a produção de conhecimento e de técnicas dos diversos sistemas peritos, apropriadas pelos leigos a partir da “monitoração reflexiva da ação”, exerce papel libertador, que o próprio Giddens credita à reflexividade.

É nessa direção que se escolheu verificar a validade da hipótese central junto a líderes comunitárias, dada a suposição de que elas, por meio da reflexividade, examinarão e reformularão as práticas sociais a partir das informações sobre essas mesmas práticas.

Este capítulo divide-se em três partes. A primeira trata de ação social e confiança. A segunda expõe a fundamentação das escolhas dos procedimentos adotados para coleta dos dados que serão utilizados no exame da hipótese. A terceira detalha as variáveis intervenientes no estabelecimento das relações de confiança examinadas na pesquisa de campo e os indicadores utilizados para observar o comportamento das variáveis nas dimensões que se acredita serem relevantes para a verificação da hipótese.

¹⁹ Estas pesquisas incorrem nas falhas de operacionalização do conceito citadas por Seligson & e Rennó (2000). Apesar de não estarem mensurando especificamente a confiança interpessoal, ambas as pesquisas registram mais sensações generalizadas do que a reflexão dos entrevistados sobre a confiança na polícia militar e outros órgãos do sistema de justiça criminal.

2.1 A ação social e a confiança

Tanto a ação quanto a consciência que se tenha dela podem ser encaradas como efeito direto da atuação de terceiros, como determinação de uma situação, como certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas, ou qualquer fator extra social. Mas, ao contrário, a ação e a consciência podem ser vistas como produtos de uma construção mais ou menos autônoma do sujeito, pessoal ou coletivo.

Pode-se dizer, por exemplo, que a atuação de terceiros tem efeito direto na opinião sobre a polícia ou, por oposição, que não tem efeito direto. São duas possibilidades de interpretação correspondentes a diferentes opções teóricas que compõem parte importante do debate sociológico sobre as relações entre sistema e ator. A ação social é aqui entendida como conduta orientada (Weber, 1968). Para muitos que se posicionam no debate, a ação social se explica por determinação do sistema, não é exatamente a conduta de um ator, mas a realização de um sistema, ou ainda, como na célebre fórmula de Durkheim (1993), a sociedade cria um ser social em cada indivíduo. Desse ponto de vista, o ator é o sistema, ou seja, eles se identificam completamente.

A análise marxista se opõe a esse enfoque em importantes aspectos (concebe a sociedade como conflito permanente, atribui sinal negativo a relações de dominação), porém, posicionar-se-á da mesma forma quanto a essa abordagem do ator e do sistema, uma vez que tanto a ordem quanto o movimento dependerão do “desenvolvimento das forças produtivas” e não da atuação de atores sociais. A implementação prática dessa forma de análise, contudo, oscila entre a ruptura política voluntarista conduzida por uma vanguarda e a submissão a “leis necessárias da História”.

No terreno que pode ser chamado de “sociologia clássica”, pensa-se com naturalidade que a ação social é definida como a realização de normas e valores institucionalizados nos papéis que os indivíduos interiorizam. São algumas proposições amplamente compartilhadas que sobrevivem ao longo do tempo. Um dos principais fundadores desse campo clássico de proposições, Émile Durkheim, constrói uma sociologia da ação na forma da socialização, reduzindo a ação aos processos que determinam a própria consciência do indivíduo. A educação cumpre essa função de fabricar indivíduos como sujeitos morais, porque sociais (Durkheim, 1993).

Desse ângulo de visão, a ação dos indivíduos, inclusive a mais pessoal (escolha do cônjuge, gostos estéticos, modos de conhecimento, decisão do voto, práticas religiosas) é determinada e não se trata de uma expressão de liberdade. É uma resultante da integração social e da socialização. A ação coletiva, por exemplo, sob esse enfoque, é considerada parte das crises geradas pela modernização. Nesse sentido, o ator propriamente não age, não se mobiliza e não supera a condição de quem apenas realiza os papéis que lhe são atribuídos. Somente se mobiliza para “resistir” ao desaparecimento de antigas formas de integração e de solidariedade, como na teoria da sociedade de massa em que a ação coletiva é uma reação à mudança e a defesa de um equilíbrio passado (cf. Kornhauser, 1965 e Germani, 1972).

Uma das linhas de crítica a essa visão conservadora e funcional do ator social tem sua trajetória na sociologia das organizações, durante muito tempo consideradas como conjuntos integrados a desempenhar funções internas e externas relativas ao meio envolvente. Vistas dessa maneira, as organizações distribuiriam papéis, fixariam a hierarquia e o poder, bem como a circulação da informação. Essa imagem passou a ser crescentemente substituída por outra, que apresenta a organização como resultante de escolhas racionais estratégicas feitas pelos diversos atores. Os integrantes das organizações, assim, mais que desempenhar papéis, dispõem de repertórios de ações escolhidos em função de suas representações de problemas e oportunidades.

Os trabalhos da sociologia da ação, que se disseminaram sobretudo na pesquisa sobre movimentos sociais, contribuíram para desacomodar (sem superar sua arraigada persistência) as interpretações situadas no determinismo absoluto, que reduzem o ator, suas condutas e representações a mera manifestação do funcionamento do sistema.

As teorias que se confrontam no debate são em grande parte teorias da ação, no sentido de serem definições da atividade dos atores e representações das relações dos atores com o sistema.

“Estas sociologias da ação renunciam à afirmação segundo a qual a ação social seria, afinal de contas, uma ilusão, porque seria totalmente determinada pelas exigências de um sistema que surgiria como um “deus oculto” cujos desígnios só o sociólogo conheceria. A fórmula “tudo se passa como se”, permite, na realidade, que se evite o ator, as suas representações e os seus objetivos, que são apreendidos, quer como puras necessidades funcionais quer como embustes igualmente necessários. Contra esta imagem crítica, é preciso reconhecer nos indivíduos uma capacidade de iniciativa e de

escolha, é preciso, portanto, conceder-lhes uma certa distância em relação ao sistema”. (Dubet, 1994).

As definições da ação feitas pelas teorias que nela mais se concentram repartem-se em vias muito diferentes e foram situadas por Dubet (1994) em duas grandes vertentes: a da comunicação e a da ação racional. Entre as localizadas na vertente da comunicação, subdividem-se, ainda, as que tomam a ação como interação e as que a consideram como linguagem. As que estão na vertente da racionalidade subdividem-se, por sua vez, entre as que vêem a ação como estratégia e as que a tratam como utilidade. Para além dessas vertentes, identifica-se a ação com conhecimento, caracteristicamente com Berger & Luckman (1973), que, na perspectiva da fenomenologia de Schutz, perseguem a experiência subjetiva da vida e o senso comum como o conhecimento vulgar dos membros de uma sociedade. Estudam a maneira como os atores definem a realidade, interpretam o mundo e a sua própria história. Afirmam a construção cognitiva da sociedade na própria atividade dos atores.

Esses estudiosos pretendem redefinir a natureza e o alcance da sociologia do conhecimento deslocando-a para o centro da teoria sociológica. Aproveitando o pioneirismo de Schutz, destacam as tipificações do pensamento do senso comum como elementos integrais do *Lebenswelt* histórico e sócio-cultural em que prevalecem, sendo admitidas como certas e socialmente aprovadas. Citam Schutz, quando este se refere à sociologia do conhecimento como disciplina que abordou o problema da distribuição social do conhecimento

“(…) meramente pelo ângulo da fundamentação ideológica da verdade em sua dependência das condições sociais e especialmente econômicas, ou do ângulo das implicações sociais da educação e ainda do ponto de vista do papel social do homem de conhecimento. Não foram os sociólogos mas os economistas e filósofos que estudaram alguns dos numerosos outros aspectos do problema”. (Schutz *apud* Berger e Luckman, 1973: XX)

Esses diversos modos de compreensão do ator social se cruzam em um dos grandes campos do debate sobre ator e sistema, oposto ao campo de teorias que identificam o ator ao sistema. O presente estudo localiza-se no campo que admite pelo menos certo grau de autonomia ao ator. Opta pela explicitação e análise dos elementos de informação e reflexão que as pessoas do grupo investigado incorporam e mobilizam.

A presença e as características desses elementos fortalecerão ou não a hipótese de que sejam um fator importante na opinião confiante que aquelas pessoas adotam sobre a

polícia. Levando em conta esse fator, foram definidas variáveis para cujo exame se colheram informações em entrevistas.

Há estreita compatibilidade entre traços gerais das teorias da ação social, o caminho seguido por este estudo e o enfoque de Giddens (1991), inclusive seu conceito de confiança aqui utilizado. Sinteticamente, esse enfoque enfatiza que, na modernidade, se o futuro está sempre aberto quanto à contingência, também está quanto à reflexividade do conhecimento e as práticas sociais se organizam em torno deste.

Essa orientação para o futuro se apóia amplamente sobre a confiança em sistemas abstratos, o que quer dizer confiança na perícia estabelecida. Por sua vez, a confiança em sistemas peritos é uma questão de cálculo de vantagem e de risco entre leigos, portanto, entre os que não podem fazer esse cálculo segundo exigências do conhecimento perito.

Um dos sinais da presença desse cálculo dos leigos é que, nos pontos de acesso aos sistemas abstratos, faz-se uma marcada divisão entre “palco” e “bastidores”, conforme assinala Giddens (1991) utilizando difundidos conceitos de Goffman. Esse controle da passagem entre palco e bastidores é parte do profissionalismo, porque os bastidores possibilitam a concentração mental do perito em suas tarefas. Mas, não somente isso, os bastidores são necessários para que a confiança na perícia se mantenha, mesmo sendo possível a falha do perito. Sobre isso, quando Giddens (1991) afirma que os pacientes não tenderiam a confiar tão implicitamente na equipe médica se tivessem pleno conhecimento dos enganos que são feitos nas enfermarias e nas mesas de operação, está confirmando que há um trabalho de elaboração que os leigos fazem, ainda que seja sob a forma de um cálculo de vantagem e de risco.

No entanto, em outro aspecto, seu raciocínio se distancia dessa inferência, pois Giddens (1991) ressalta que as atitudes leigas em relação à ciência e ao conhecimento são tipicamente ambivalentes, porque só se exige confiança onde há ignorância. Assim, a maior confiança no sistema abstrato (e perito, no caso, na polícia) decorreria da ignorância sobre esse âmbito, na ausência do conhecimento específico correspondente. Todavia, aqui se procurará verificar a sustentabilidade da idéia contrária, de que o domínio de conhecimentos específicos entre leigos tenha influência na maior confiança na polícia como sistema abstrato. O método utilizado para validar esta hipótese, na

pesquisa de campo realizada para subsidiar esta dissertação, está descrito no próximo item.

2.2 Procedimentos adotados para a coleta dos dados

O presente estudo buscou traçar o perfil dos confiantes atípicos residentes em Belo Horizonte, a partir da análise de pesquisas de opinião e vitimização. Uma destas pesquisas foi elaborada pelo Instituto de Pesquisa Lúmen no ano de 1999. Outra, pelo Crisp, no ano de 2002. Ambas continham questões afeitas à confiança na Polícia Militar.

2.2.1 Dados das pesquisas do Lúmen e do Crisp

A pesquisa feita pelo Crisp trata de vitimização, inclusive a percepção do problema da segurança pública e da ação das polícias. Essa pesquisa versou sobre questões relativas à qualidade do desempenho da instituição e ao uso dos serviços policiais em casos de roubo, furto e agressão sexual. Os dados obtidos para essas questões não são discrepantes dos resultados mais gerais sobre confiança encontrados na pesquisa do Lúmen, conforme se verá a seguir. Mais da metade da população (54%) afirma que a Polícia Militar desempenha bem o seu papel. Os índices de quem não aciona a polícia em casos de roubo (73%), furto (70,8%) e agressão sexual (86%) são semelhantes aos de países ricos (Itália, Espanha ou EUA), cujas variações não superam quatro pontos percentuais.

Ao detalhar o plano amostral, a pesquisa do Crisp explicita que concentrou um interesse maior sobre a população residente em favelas do que sobre a não residente. Assim, a aplicação dos questionários as três subpopulações pesquisadas: a) não favelas; b) favelas não perigosas e c) favelas perigosas não foi proporcional ao total de domicílios. Uma maior ponderação sobre os residentes em favelas é um ponto importante para este estudo, vez que para validação ou não da hipótese optou-se por entrevistar líderes e moradoras de favelas, sendo as duas regiões consideradas perigosas pelo Crisp.

A pesquisa do Lúmen fez parte de um projeto mais abrangente denominado “BH contra a violência”, através do qual as autoridades locais buscavam criar condições para elaborar políticas para o enfrentamento integrado da violência na capital mineira.

O objetivo desse *survey* foi diagnosticar a percepção da população sobre a violência na cidade, o sentimento de medo e o nível de vitimização, ou seja, pessoas que sofreram algum tipo de violência e não procuraram ajuda nos órgãos competentes. A parte quantitativa dessa pesquisa foi complementada por levantamento qualitativo feito através de entrevista em profundidade, com representantes de entidades que lidam direta ou indiretamente com o problema da violência e dos direitos humanos. A esses procedimentos somou-se a constituição de grupos de discussão (grupos focais) com moradores da cidade.

O aproveitamento dos dados obtidos se deu também em razão do objetivo com o qual foram produzidos, pois compunham uma avaliação institucional da polícia e do governo estadual. Essa avaliação foi elaborada a partir do enfoque da confiança dos belo-horizontinos e possibilita conhecer o perfil dos que confiam ou não na Polícia Militar. Isto porque a amostra foi estratificada segundo as variáveis sexo, idade, escolaridade e renda.

A pesquisa realizada pelo Lúmen, três anos antes, em 1999, mediu o grau de confiança dos cidadãos na polícia e traçou o perfil daqueles que confiam mais ou menos.²⁰ Em relação à Polícia Militar, 39% não confiam, enquanto 38,9% confiam em parte e 22,1% confiam totalmente. Este último é um índice muito expressivo e “confiam em parte” é um dado ambíguo para que se decida sobre a conveniência de agrupá-lo aos que “confiam totalmente” ou aos que “não confiam”.

O grau de confiança entre os homens é maior: 27,9% confiam totalmente na Polícia Militar, contra 16,9% das mulheres. O percentual dos que confiam totalmente na Polícia aumenta com a idade dos entrevistados: somente 13,1% dos entrevistados de 16 a 19 anos enquanto 32,8% entre os que possuem mais de 50 anos. Os entrevistados que confiam totalmente na Polícia Militar e têm escolaridade até a 4ª série do ensino

²⁰ Poderia haver interesse em outra questão levantada no *survey*, relativa aos entrevistados que já tiveram ou não “problemas” com a polícia. Mas o fato de não terem sido identificados os tipos de problemas e a qual polícia (civil, militar ou ambas) se referia a questão, invalidou a utilização deste dado no presente estudo.

fundamental somam 29,1%, enquanto os grupos de escolaridade mais alta obtiveram percentuais oscilando entre 17,6% (ensino médio completo ou incompleto) e 20,8% (superior completo ou incompleto).

Quando se considera a renda, a classe de renda mais baixa (até dois salários mínimos) apresenta um índice elevado de confiança e supera um quarto do total (26% confiam totalmente), pouco inferior aos 29,5% da classe de renda mais alta (mais de 20 salários mínimos). Ainda alta, mas uma classe de renda imediatamente inferior (de 10,1 a 20 salários mínimos) corresponde ao menor índice dos que confiam totalmente (15,4%).

Por esses dados, um dos perfis prováveis dos que confiam totalmente na Polícia Militar pode ser assim sintetizado: homens de mais de 50 anos, de escolaridade baixa e baixa renda. Outro perfil provável seria: homens de mais de 50 anos, de escolaridade alta e alta renda.

2.2.2 Definição do perfil das entrevistadas

Diferentemente dessas características, a maioria das pessoas entrevistadas para a coleta de dados deste estudo apresenta outro perfil. No grupo de líderes, entre as dez entrevistadas, seis são mulheres com menos de 50 anos, com escolaridade baixa (5^a a 8^a série do ensino fundamental) e baixa renda (até 2,5 salários mínimos). As quatro pessoas restantes são homens, dois dos quais se enquadram em um dos prováveis perfis dos que confiam totalmente na Polícia Militar: homens de mais de 50 anos, de escolaridade e renda baixas. Os outros dois são homens com menos de 50 anos (35 e 39 anos), de escolaridade baixa (ensino fundamental completo) e baixa renda (três e quatro salários mínimos).

No grupo de controle, entre as sete pessoas entrevistadas, quatro são mulheres sendo três com menos de 50 anos e uma com mais de 50 anos, três possuem baixa escolaridade (sendo duas analfabetas e uma 2^a série do ensino fundamental) e uma possui escolaridade média (ensino médio completo) e baixa renda (até 1 ½ salários mínimos). As outras três pessoas são homens, dois dos quais se enquadram em um dos prováveis perfis dos que confiam totalmente na Polícia Militar: homens de mais de 50

anos, de escolaridade e renda baixas. O outro tem menos de 50 anos, escolaridade e renda baixas.

A opção por entrevistar pessoas com essas características é coerente com a pretensão de buscar, entre as que não seriam típicas confiantes na polícia, fatores que as levariam a apresentar uma opinião confiante.

As entrevistas semi-estruturadas utilizadas como instrumento de coleta buscaram verificar se os elementos de informação e reflexão pré definidos se interpunham no estabelecimento da confiança. A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 25 de agosto e 5 de setembro de 2003. Na seleção das líderes comunitárias a serem entrevistadas, levou-se em conta o fato de morarem no Morro das Pedras e no Taquaril, a frequência e a qualidade da participação nas reuniões em que se procuram soluções locais para os problemas que afetam a segurança pública, bem como a mobilização que realizam para que essas soluções sejam efetivamente implementadas. Além disso, as entrevistadas participavam, em conjunto com a PMMG, dos projetos de desenvolvimento local naquelas comunidades. No Morro das Pedras, estava em implantação o projeto Fica Vivo²¹ e, no Taquaril, o projeto Polícia Comunitária.²²

As entrevistas foram realizadas, a partir de um roteiro previamente estabelecido, conforme o anexo A, com um total de dez líderes, sendo três entrevistadas do Taquaril e sete do Morro das Pedras. Entrevistas análogas foram realizadas com um grupo de controle formado por sete moradoras, sendo cinco do Morro das Pedras e duas do Taquaril. O objetivo de se aplicar o mesmo questionário a um grupo de controle foi o de explicitar o diferencial que possivelmente se encontraria nas representações das líderes comunitárias, uma vez que se esperava evidenciar elementos de informação e reflexão ausentes nas representações dos componentes do grupo de controle, que não exerciam liderança em suas comunidades.

²¹ O Projeto Fica Vivo tem por objetivo principal a redução do número de homicídios, especialmente entre os jovens de 13 a 25 anos. Sua implementação vem sendo garantida pela participação de vários órgãos das três esferas de poder e de líderes comunitários. As primeiras ações foram realizadas no Morro das Pedras, em setembro de 2002, após uma chacina que culminou com a morte de cinco jovens. Os possíveis responsáveis foram presos dias depois e já estão sendo julgados.

²² Esse projeto previu diversas ações de integração PMMG e comunidade. No ano de 2003 foi premiado pela Motorola num concurso de projetos nacionais da mesma categoria.

A decisão de entrevistar líderes comunitárias poderia ser contestada como possível introdução de um viés. Seligson & Rennó (2000), por exemplo, mencionam as pesquisas de Stolle (1998) sobre a Suécia e a Alemanha acerca da propensão individual para confiar em desconhecidos e pessoas de outros países. Stolle constatou que pessoas que aderem a associações tendem a confiar mais em estranhos do que as que não aderem. Para Seligson & Rennó, essa constatação constituiria um viés. Porém, não seria assim no caso deste estudo em Belo Horizonte, porque o grupo de controle possibilita explicitar as características comuns e não comuns (supostos elementos de informação e reflexão) ao grupo de entrevistadas composto por líderes comunitárias.

Os aspectos avaliados na relação entre confiantes atípicos e a PMMG, bem como os diversos valores que esses podem assumir são descritos no item a seguir. São dimensões e variáveis que constituem um modelo metodológico analítico, a partir do qual a hipótese deste trabalho é verificada.

2.3 Variáveis intervenientes no estabelecimento das relações de confiança

2.3.1 Dimensões, variáveis e indicadores²³

A realidade para qual este estudo volta suas atenções é a consciência²⁴ que os confiantes atípicos residentes em áreas de periferia têm a respeito de suas relações com a PMMG. Essa realidade apresenta uma multiplicidade de aspectos que podem ser pesquisados. Aqui, optou-se por observar apenas quatro grandes aspectos, na suposição de que são importantes para compreender a consciência desse grupo de pessoas confiantes atípicas.

²³ O uso desta nomenclatura, bem como boa parte dos procedimentos de tratamento dos dados foi adaptada de GIGLIO, C. *et al.* Novos sentidos da educação escolar: projeto Integrar pela Educação. São Paulo:s.ed., 2003. [no prelo]

²⁴ Poder-se-ia entender que o está se avaliando é a atitude ou comportamento. Entretanto, a atitude é uma disposição interna, que se revela, por exemplo, em palavras, gestos, posturas corporais. O comportamento é uma conduta, aliás, uma conduta geralmente regulada. Nem toda conduta é um comportamento. Agir pode não significar o mesmo que se comportar. Assim como pode ser diferente de fazer. A atitude também não coincide com comportamento. A atitude não consiste nos atos. Os atos é que podem expressar atitudes. De todo modo, as atitudes são parte da consciência.

Esses aspectos são denominados dimensões²⁵ e a observação de campo realizada nesta pesquisa concentrou-se nelas. As quatro dimensões estabelecidas foram: a) associatividade; b) conhecimento; c) reflexividade; d) confiança.

Diversos componentes, em cada dimensão, podem variar no tempo por diferentes fatores e segundo as circunstâncias em que são observados. Esses componentes são as variáveis. Para cada dimensão, foram instituídas as variáveis consideradas mais apropriadas para o enfoque teórico pelo qual optou este estudo. As variações observadas nas variáveis foram medidas por meio de indicadores. A partir da combinação desses indicadores, é possível estabelecer os elementos que fortalecem a hipótese central, os que a enfraquecem e aqueles que são indiferentes para sua aceitação ou rejeição.

O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes. Na primeira parte, estão os dados do perfil sócio-econômico das entrevistadas para confronto com os dados dos *surveys* já mencionados, feitos com a população residente de Belo Horizonte. A segunda parte está disposta em quatro itens referentes às dimensões nas quais se verificará a sustentabilidade da hipótese central. A primeira dimensão, associatividade, constitui o histórico de participação das entrevistadas em associações e movimentos coletivos. A segunda dimensão, conhecimento, refere-se aos que se sabe sobre os direitos e deveres legalmente instituídos e sobre os trâmites da burocracia nos poderes constituídos. A terceira, reflexividade, quer dizer o trabalho das entrevistadas em ponderar o conhecimento obtido em variadas fontes, no contato com profissionais e com informações de meios diversos. A quarta dimensão, confiança, é a consistência do argumento que as entrevistadas apresentam sobre confiar ou não na Polícia Militar.

2.3.2 Associatividade

Nesta primeira dimensão, buscou-se levantar em que medida o histórico de participação das líderes comunitárias e o de seus parentes diretos e indiretos estão ligados a seu papel de mobilização e relacionamento na comunidade. Três variáveis foram definidas: a)

²⁵ As palavras utilizadas para classificar as dimensões, variáveis, indicadores e a hipótese serão sublinhadas a partir deste item com o objetivo de tornar a leitura mais compreensível.

participação sócio-política (estudantil, partido político, associação comunitária e igreja);
b) histórico familiar de participação; c) iniciação no exercício da liderança.

Os indicadores estabelecidos para a variável participação sócio-política são a gradação e a extensão, cuja combinação determinará quatro possíveis qualidades para a participação: a) muito boa; b) boa; c) ruim e d) muito ruim.

A participação será grande quando a frequência a reuniões e encontros ocorrer pelo menos uma vez por semana. A participação será média quando a frequência a reuniões e encontros ocorrer pelo menos uma vez por quinzena. Será pequena quando a frequência a reuniões e encontros ocorrer pelo menos uma vez por mês.

A participação terá extensão ampla quando a líder comunitária envolver-se com as demandas desde o seu surgimento até a implementação das alternativas definidas para sua solução. Ao contrário, a participação terá extensão restrita se as demandas e as alternativas forem previamente definidas e a decisão por uma alternativa servir apenas para legitimar quem decidiu sobre elas anteriormente.

As possíveis combinações entre gradação e extensão da participação estão detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 2.1: Variável Participação sócio-política

Gradação	Extensão	Qualidade			
		Muito boa	Boa	Ruim	Muito ruim
Grande	Ampla	X			
	Restrita		X		
Média	Ampla		X		
	Restrita			X	
Pequena	Ampla			X	
	Restrita				X

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Para a variável histórico familiar de participação, o indicador estabelecido foi a existência de parentes participantes em movimentos coletivos. Esse indicador pode comportar-se apenas de duas formas: existe e não existe.

Os indicadores estabelecidos para a variável iniciação no exercício da liderança são o tempo e o motivo que levou a líder aos movimentos coletivos. A iniciação será antiga se ocorreu há mais de oito anos e relativa se ocorreu entre três a oito anos. Será recente se tiver ocorrido há menos de três anos. A iniciação será considerada por motivo pessoal se

se deu por necessidade de solução de demanda da própria líder ou de seus parentes. A iniciação será por motivos coletivos se a demanda que levou a líder a se iniciar foi a demanda de outros integrantes da comunidade. Para o grupo de controle, essa variável não foi incluída, na suposição de que seria inexistente.

As possíveis combinações de tempo e motivo da participação estão detalhadas na tabela, a seguir.

Tabela 2.2: Variável Iniciação no exercício da liderança

Tempo	Motivo	Qualidade			
		Muito boa	Boa	Ruim	Muito ruim
Antiga	Pessoal		X		
	Coletiva	X			
Relativa	Pessoal			X	
	Coletiva		X		
Recente	Pessoal				X
	Coletiva			X	

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Na dimensão associatividade, a hipótese será fortalecida ou enfraquecida conforme os resultados que se obtiverem nas três variáveis relacionadas a elementos de informação e reflexão, com base nos quais se supõe que as pessoas do grupo de confiantes atípicos confiam na PMMG. Para este estudo, em se tratando das líderes comunitárias, estabeleceram-se as seguintes possibilidades:

- a) A hipótese será considerada fortalecida se se observar pelo menos dois indicadores positivos, sendo esses qualidade muito boa (nas variáveis participação sócio-política e iniciação no exercício da liderança) e existe (na variável histórico familiar de participação);
- b) A hipótese não poderá ser considerada nem fortalecida nem enfraquecida se dois indicadores forem negativos: ruim (nas variáveis participação sócio-política e iniciação no exercício da liderança) e não existe (na variável histórico familiar de participação) ou muito ruim e não existe;
- c) A hipótese será enfraquecida se um indicador tiver qualidade muito boa ou boa e os outros dois, ruim ou muito ruim e não existe.

As possibilidades de indicação para a hipótese decorrentes das entrevistadas do grupo de controle são:

- d) A hipótese será considerada fortalecida se se observar pelo menos um indicador negativo, ou seja, tiver qualidade muito ruim ou ruim (na variável participação sócio-política) e não existe (na variável histórico familiar de participação);
- e) A hipótese não poderá ser considerada nem fortalecida nem enfraquecida se um indicador for boa (na variável participação sócio-política) e o outro, existe (na variável histórico familiar de participação);
- f) A hipótese será enfraquecida se um indicador for muito boa e o outro, existe.

2.3.3 Conhecimento

Na segunda dimensão, buscou-se identificar em que medida as líderes comunitárias e as entrevistadas do grupo de controle conhecem direitos e deveres instituídos e os trâmites da burocracia nos três poderes constituídos.

As variáveis estabelecidas são: a) conhecimento sobre os direitos legalmente instituídos; b) conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos públicos e entidades do terceiro setor; c) conhecimento sobre o processo legislativo; d) conhecimento sobre o processo judicial. O indicador estabelecido para as variáveis é a qualidade do conhecimento. Este será classificado como preciso se a entrevistada responde de maneira correta (ou bem próxima do que seja) a questão formulada. O conhecimento é vago se a entrevistada “ouviu dizer”, no caso das variáveis a) e b). Também será considerado conhecimento vago se a entrevistada passou pelo processo, mas não se inteirou do que tratava, no caso das variáveis c) e d). Será usada a classificação desconhece quando a entrevistada “não ouviu dizer” ou responde negativamente a questão.

Na dimensão elementos de informação, quando se tratar das líderes comunitárias a hipótese será fortalecida se elas demonstrarem conhecimento preciso em pelo menos três variáveis. Será enfraquecida quando o conhecimento for vago em pelo menos duas e preciso em pelo menos duas das quatro variáveis. Nessa dimensão, as variáveis serão indiferentes para considerar a hipótese fortalecida ou enfraquecida em qualquer outra combinação que não sejam as anteriores, pois sempre envolverão o indicador desconhece, aqui considerado significativamente ponderável.

Em se tratando das entrevistadas do grupo de controle a hipótese será enfraquecida se elas demonstrarem conhecimento preciso em pelo menos três variáveis. Será fortalecida quando a entrevistada desconhecer em pelo menos três das quatro variáveis. O conhecimento demonstrado pelas entrevistadas será indiferente para considerar a hipótese fortalecida ou enfraquecida em qualquer outra combinação que não sejam as anteriores.

2.3.4 Reflexividade

Nessa terceira dimensão, buscou-se identificar em que medida as líderes comunitárias estabelecem ou reformulam suas atuações e relações a partir da reflexão que realizam com as informações obtidas. As variáveis estabelecidas para a dimensão reflexividade são: a) oportunidade de contatos com autoridades e profissionais especializados; b) acesso a informação.

O indicador utilizado para medir o comportamento da variável oportunidade de contatos com as autoridades e profissionais especializados é a frequência do contato. O contato é freqüente se os encontros ocorrem no mínimo a cada dez dias e eventual se for no mínimo mensal. Será ausente para frequências maiores que uma vez por mês.

Para a variável acesso a informação, os indicadores estabelecidos foram certa frequência e uso de fontes. O acesso pode ser freqüente, eventual ou ausente. Quando se der diariamente, o acesso será considerado freqüente. Quando ocorrer pelo menos semanalmente, será considerado eventual. Para períodos superiores a uma semana, o acesso será considerado ausente.

O uso de fontes poderá ser ótimo, regular ou ruim. Será considerado ótimo quando forem utilizadas pelo menos três fontes de mídias diferentes. Quando se utilizar duas fontes de uma mídia, será regular. Será ruim se for utilizada somente uma fonte de uma mídia.

As possíveis combinações entre esses indicadores estão detalhadas na tabela a seguir.

Tabela 2.3: Variável Acesso a informação

Frequência	Uso de fontes	Qualidade			
		Muito boa	Boa	Ruim	Muito ruim
Frequente	Ótimo	X			
	Regular		X		
	Ruim		X		
Eventual	Ótimo		X		
	Regular			X	
	Ruim			X	
Ausente	-				X

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Na dimensão reflexividade, as indicações relativas à hipótese, para o grupo das líderes comunitárias, são estabelecidas conforme as combinações entre as variáveis dispostas na tabela abaixo.

Tabela 2.4 Dimensão Reflexividade – Líderes Comunitárias

Oportunidade de contatos	Acesso a informação	Indicação para a hipótese		
		Fortalece	Enfraquece	Indiferente
Frequente	Muito boa	X		
	Boa	X		
	Ruim		X	
	Muito ruim		X	
Eventual	Muito boa		X	
	Boa		X	
	Ruim			X
	Muito ruim			X
Ausente	Muito boa		X	
	Boa		X	
	Ruim			X
	Muito ruim			X

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Para o grupo de controle, as indicações relativas à hipótese são estabelecidas conforme as combinações entre as variáveis, dispostas na tabela seguinte.

Tabela 2.5 Dimensão Reflexividade – Grupo de Controle

Oportunidade de contatos	Acesso a informação	Indicação para a hipótese		
		Fortalece	Enfraquece	Indiferente
Frequente	Muito boa		X	
	Boa		X	
	Ruim			X
	Muito ruim			X
Eventual	Muito boa			X
	Boa			X
	Ruim	X		
	Muito ruim	X		
Ausente	Muito boa		X	
	Boa		X	
	Ruim	X		
	Muito ruim	X		

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

2.3.5 Confiança

Nessa quarta dimensão, buscou-se identificar tanto a presença da opinião confiante das líderes comunitárias frente à PMMG quanto a coerência dessa opinião. As variáveis estabelecidas para essa dimensão são: a) existência da opinião confiante; b) coerência do argumento.

O roteiro proposto por Seligson & Rennó (2000) é aqui utilizado, vez que a discussão desses pesquisadores foi considerada significativa para o exame da hipótese. Para eles, o conceito de confiança interpessoal comporta duas dimensões, sendo uma interna e outra externa.

“Há na literatura apenas uma diferenciação entre possíveis dimensões da confiança interpessoal: a distinção entre confiança generalizada e confiança personalizada (Stolle,1998:503). A primeira refere-se a formas de confiança interpessoal que se expandem para além da esfera privada, da vida particular. A segunda, restringe-se à órbita da vida particular. (...) Confiança generalizada pode ser diferenciada em avaliações de como as pessoas em geral são dignas de confiança, e essa é a forma como o conceito é geralmente medido, mas também em autojulgamentos acerca da magnitude de confiança que o entrevistado tem das outras pessoas. Ou seja, na forma tradicionalmente utilizada, pergunta-se indiretamente quão confiáveis as pessoas são em geral, mas ignora-se o importante fato do indivíduo admitir quanto ele tende a confiar em outras pessoas. A primeira dimensão reflete uma visão sobre a confiança

interpessoal externa (...). A segunda dimensão refere-se a sentimentos internamente construídos (...) por referir-se a auto-avaliações acerca de outras pessoas em lugar de sensações generalizadas (...) pode oferecer resultados mais consistentes”. (Seligson & Rennó, 2000:790).

Para testar empiricamente a diferença entre as duas dimensões, eles realizaram diversas pesquisas em El Salvador. A escolha deste país residiu no fato de ter sua população vivido um longo período de guerra civil e estar buscando estabelecer um regime democrático.

Numa escala muito menor, mas similar, os moradores do Taquaril e do Morro das Pedras, entre os anos de 2001 a 2003, passaram por um período de transição. Após várias mortes na disputa de pontos de tráfico e a ocupação indiscriminada pela polícia, estas favelas passaram a ser pilotos de projetos de policiamento integrado²⁶. Assim, foram utilizados seis dos oito itens com os quais aqueles pesquisadores mensuraram a dimensão interna de confiança interpessoal. Isto por que, todos os itens, exceto o primeiro, são dicotômicos e oferecerem escolhas forçadas e balanceadas, evitando dessa forma o viés da aquiescência.

“Os itens que mensuraram confiança interpessoal em El Salvador são:

IT1) Ahora hablando de la gente de aquí, diría que en general es muy confiable, algo confiable, poco confiable, o nada confiable.

IT2) Cree Ud. que la mayoría de las veces la gente se preocupa sólo por sí misma, o cree que la mayoría de las veces la gente trata de ayudar al próximo?

IT3) Cree Ud. que la mayoría de las veces la gente trataría de aprovecharse de Ud. si se les presentara la oportunidad, o cree que no se aprovecharían?

IT4) Suele Ud. confiarse en las promesas de los demás, o generalmente no suele confiar en las promesas de otros?

IT5) Por lo general, cree Ud. que la mayoría de las personas son buenas, o cree Ud. que no son buenas?

IT6) La primera vez que Ud. conoce a una persona, suele Ud. confiar en lo que dice esta persona, o no suele confiar en lo que dice?” (Seligson & Rennó, 2000:792)

Além destes seis itens, três outros foram acrescentados ao roteiro da entrevista semi-estruturada,

IT7) Você confia ou não na Polícia Militar?

²⁶ Trata-se dos projetos citados anteriormente. As intervenções policiais passaram a ser planejadas e uma equipe de policiais militares foi destacada para atuar no local. Mais de uma das entrevistadas do Morro das Pedras citou positivamente o nome do Tenente Cláudio, comandante do policiamento local.

IT8) Quando algum familiar seu ou vizinho tem um problema sério de saúde você recorre à polícia ou não?

IT9) Quando algum familiar seu ou vizinho se envolve numa violenta briga, inclusive com feridos, você recorre à polícia ou não?

Para a variável existência da opinião confiante, o indicador estabelecido foi a presença ou não da opinião confiante. Para a variável coerência do argumento, o indicador estabelecido foi a ocorrência ou não dessa coerência frente às nove questões apresentadas.

Neste estudo, convencionou-se que são respostas afirmativas:

IT1) As pessoas da comunidade são muito confiáveis ou confiáveis;

IT2) As pessoas da comunidade, na maioria das vezes, pensam em ajudar o próximo;

IT3) As pessoas da comunidade, na maioria das vezes, não aproveitariam uma oportunidade pensando apenas nelas mesmas;

IT4) Confio nas promessas;

IT5) As pessoas são boas;

IT6) Eu confio no que disse uma pessoa que conheci pela primeira vez;

IT7) Eu confio na Polícia.

São consideradas respostas negativas:

IT1) As pessoas da comunidade são pouco confiáveis ou não são confiáveis;

IT2) As pessoas da comunidade, na maioria das vezes, pensam apenas em si mesmas;

IT3) As pessoas da comunidade, na maioria das vezes, aproveitariam uma oportunidade apenas em proveito próprio;

IT4) Eu não confio nas promessas das pessoas;

IT5) As pessoas são más;

IT6) Eu não confio no que disse uma pessoa que conheci pela primeira vez;

IT7) Eu não confio na Polícia.

Múltiplas combinações poderiam ser feitas entre esses indicadores. Para o grupo das líderes comunitárias, pode-se observar:

- a) pelo menos duas respostas afirmativas entre as questões IT2, IT3, IT4 e IT6;
- b) duas questões, IT1 e IT5, serem respondidas afirmativamente;
- c) a questão IT7 ser respondida afirmativamente;
- d) na questão IT8, a entrevistada acionar o Resgate²⁷ ou o Centro de Saúde;
- e) na questão IT9, a entrevistada acionar a PMMG;

Se ocorrem pelo menos três das cinco possibilidades simultaneamente, conclui-se que a entrevistada confia na Polícia Militar e sua opinião é coerente.

Pode-se observar também:

- f) pelo menos duas respostas negativas entre as questões IT2, IT3, IT4 e IT6;
- g) as duas questões, IT1 e IT5, serem respondidas negativamente;
- h) a questão IT7 respondida negativamente;
- i) na questão IT8, a entrevistada acionar o Resgate ou o Centro de Saúde;
- j) na questão IT9, a entrevistada não acionar a PMMG.

Se ocorrerem pelo menos três das cinco possibilidades simultaneamente, conclui-se que a entrevistada não confia na Polícia Militar e sua opinião é coerente.

Pode-se observar ainda:

- k) pelo menos duas respostas afirmativas entre as questões IT2, IT3, IT4 e IT6;
- l) duas questões, IT1 e IT5, respondidas uma afirmativamente e a outra negativamente;
- m) a questão IT7 respondida afirmativamente;
- n) na questão IT8, a entrevistada acionar o Resgate ou o Centro de Saúde;
- o) na questão IT9, a entrevistada não acionar a PMMG.

Com pelo menos três das cinco possibilidades ocorrendo simultaneamente, conclui-se que a entrevistada confia na Polícia Militar, mas sua opinião não é coerente.

Outra possibilidade de observação encontrará:

- p) pelo menos duas respostas negativas entre as questões IT2, IT3, IT4 e IT5;
- q) duas questões, IT1 e IT5 respondidas uma afirmativamente e a outra negativamente;
- r) a questão IT7 respondida negativamente;
- s) na questão IT8, a entrevistada acionar a PMMG;
- t) na questão IT9, a entrevistada acionar a PMMG.

Estando presentes simultaneamente pelo menos três das cinco possibilidades, conclui-se que a entrevistada não confia na Polícia Militar, mas sua opinião não é coerente.

No grupo das líderes comunitárias, a hipótese é fortalecida quando se afirma confiar na Polícia Militar e a opinião é coerente. A hipótese é enfraquecida quando se afirma confiar ou não na Polícia Militar, mas a opinião não é coerente. A hipótese não é considerada enfraquecida ou fortalecida quando a líder afirma não confiar na Polícia Militar e sua opinião é coerente.

No grupo de controle, a hipótese é fortalecida quando a entrevistada afirma não confiar na Polícia Militar e sua opinião é coerente. A hipótese é enfraquecida quando a entrevistada afirma confiar ou não na Polícia Militar, mas sua opinião não é coerente. A hipótese não é considerada enfraquecida ou fortalecida quando a entrevistada afirma confiar na Polícia Militar e sua opinião é coerente.

2.3.6 Resultado: aceitação ou rejeição da hipótese

Neste estudo, as quatro dimensões foram igualmente ponderadas. Assim, quanto a cada entrevistada se resultarem pelo menos três dimensões em que a hipótese é fortalecida, esta será considerada aceita. Se resultarem duas dimensões em que a hipótese é

²⁷ O atendimento através do Resgate é feito em conjunto por bombeiros militares e pessoal da Prefeitura

fortalecida, não se poderá aceitar nem rejeitar a hipótese. E se, em apenas uma dimensão, a hipótese é considerada fortalecida, esta será rejeitada.

Em relação ao conjunto da amostra de líderes comunitárias a hipótese será aceita se, em pelo menos cinco das entrevistadas, a hipótese também for aceita, desde que a combinação entre as entrevistadas seja a seguinte: a) no grupo de mulheres, a opinião de pelo menos três possibilitou que a hipótese fosse aceita; b) no grupo de homens com mais de 50 anos, a opinião de um possibilitou que a hipótese fosse aceita; c) no grupo de homens com menos de 50 anos, a opinião de um possibilitou que a hipótese fosse aceita.

Em relação ao grupo de controle, a hipótese será aceita se, em pelo menos quatro das sete entrevistadas, a hipótese também for aceita, desde que a combinação entre as entrevistadas seja a seguinte: a) no grupo de mulheres com menos de 50 anos, a opinião de pelo menos duas possibilitou que a hipótese fosse aceita; b) no grupo de homens com mais de 50 anos, a opinião de pelo menos um possibilitou que a hipótese fosse aceita; c) caso ocorra a combinação das alternativas anteriores num total de três e o homem com menos de 50 anos apresente opinião que permita a aceitação da hipótese.

A partir deste modelo metodológico analítico, é possível verificar se os elementos de informação e de reflexão são fatores que intervêm no estabelecimento da confiança na Polícia Militar. A apresentação desta verificação é o objeto de discussão do próximo capítulo.

Capítulo 3

A INTERVENIÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO NO ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA

“Não participo de movimentos e desconheço como funcionam por dentro esses lugares que você perguntou. A maioria das pessoas do Morro das Pedras é boa, mas eu não confio nelas. Eu não confio na polícia. As polícias são piores que os vagabundos. Eu nunca vi policial tomando dinheiro, só vi batendo”. Perguntado porquê não confia na polícia respondeu que “é o que se vê e ouve falar nos jornais, só coisa ruim”. C3, sexo masculino, 43 anos, 1 ½ s.m, 6ª série do ensino fundamental.

Neste capítulo, apresentam-se os dados obtidos na pesquisa de campo. A partir do modelo metodológico analítico elaborado no capítulo anterior, verifica-se em que medida e se os elementos de reflexão e informação são fatores que intervêm no estabelecimento da confiança na polícia militar.

O capítulo divide-se em cinco partes, sendo que, na primeira parte, estão expostos os dados do perfil das entrevistadas em seus respectivos grupos: a) líderes comunitárias; b) grupo de controle. As demais partes apresentam os dados relativos a cada uma das quatro dimensões e suas variáveis. Assim, a segunda parte dedica-se à discussão dos dados que possibilitam verificar os elementos que fortalecem, enfraquecem ou são indiferentes para a aceitação ou rejeição da hipótese, a partir da dimensão associatividade.

Na terceira parte, são apresentados os dados relativos à dimensão conhecimento para que se verifique em que medida o saber sobre os direitos e deveres legalmente instituídos e sobre os trâmites da burocracia intervêm na opinião confiante das entrevistadas.

A dimensão reflexividade é tratada na quarta parte e busca evidenciar em que medida o trabalho das entrevistadas em ponderar o conhecimento obtido intervêm no estabelecimento ou não da confiança na polícia, a partir do contato com autoridades e profissionais especializados e informações advindas dos diversos veículos de mídia.

A quinta parte trata os dados da pesquisa relativos à dimensão confiança. Aborda a consistência do argumento que as entrevistadas apresentam sobre confiar ou não na PMMG após responderem uma série de nove perguntas sobre a questão.

3.1 Perfil das entrevistadas

3.1.1 Líderes comunitárias

A pesquisa de opinião realizada pelo Lúmen mostra que a influência da ação policial na confiança dos cidadãos na polícia varia de acordo com a renda, sexo, idade e escolaridade, conforme foi mencionado no capítulo anterior deste estudo. As pessoas que mais confiam na polícia apresentam os seguintes perfis: a) homens de mais de 50 anos, de escolaridade baixa e baixa renda e b) homens de mais de 50 anos, de escolaridade alta e alta renda.

Ao contrário, dentre o grupo de líderes entrevistadas, a maioria é mulheres (seis num total de dez), com menos de 50 anos, escolaridade baixa (5^a a 8^a série do ensino fundamental) e baixa renda (até 2 ½ salários mínimos), como se pode ver na tabela 3.1.

Tabela 3.1: Perfil sócio-econômico das líderes comunitárias

Entrevistada	Atividade (anos)	Sexo	Idade (anos)	Renda (salário mínimo)	Escolaridade	Local
E1	8	Fem	43	1 ½	Fundamental Incompleto (6ª série)	Taquaril
E2	10	Fem	52	2	Fundamental Completo	Taquaril
E3	3	Fem	31	1	Fundamental Completo	Morro das Pedras
E4	38	Masc	60	2	Fundamental Completo	Morro das Pedras
E5	35	Masc	60	2	Fundamental Incompleto (2ª série)	Morro das Pedras
E6	12	Masc	35	4	Fundamental Completo	Morro das Pedras
E7	24	Masc	39	3	Fundamental Completo	Ventosa
E8	3	Fem	46	2	Fundamental Completo	Morro das Pedras
E9	3	Fem	44	2 ½	Fund. Inc. (4ª série)	Morro Pedras
E10	20	Fem	48	2 ½	Médio Completo	Taquaril

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

3.1.2 Grupo de Controle

A composição desse grupo é similar à das líderes comunitárias. De um total de sete, quatro são mulheres (três com menos de 50 anos e uma com mais de 50 anos), de baixa renda e baixa escolaridade (duas são analfabetas), como se constata na tabela 3.2.

Tabela 3.2: Perfil sócio-econômico das entrevistadas do grupo de controle

Entrevistada	Sexo	Idade (anos)	Renda (salário mínimo)	Escolaridade	Local
C1	Fem	49	½	Analfabeta	Morro das Pedras
C2	Masc	56	1	Analfabeto	Morro das Pedras
C3	Masc	43	1 ½	Fundamental Incompleto (6ª série)	Morro das Pedras
C4	Masc	51	1	Fundamental Incompleto (3ª série)	Morro das Pedras
C5	Fem	49	Não tem	Fundamental Incompleto (2ª série)	Morro das Pedras
C6	Fem	29	1 ½	Médio Completo	Taquaril
C7	Fem	54	Não tem	Analfabeta	Taquaril

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

3.2 Resultados na dimensão associatividade

Na variável participação sócio-política, sete das dez líderes entrevistadas vão a reuniões e encontros pelo menos uma vez por semana e acompanham as demandas surgidas na comunidade até a implementação das alternativas definidas para a solução dessas. Entre as entrevistadas do grupo de controle, apenas C2 ia a comícios em sua terra natal e atualmente participa com frequência de movimentos da igreja, sem envolver-se, entretanto, com as demandas surgidas e sua solução²⁸.

“Quando eu estava na roça, eu ia muito em comícios de amigos. Lá eu tenho muitos conhecidos e sei quem devo procurar. Na roça, os políticos são diferentes daqui. Lá eles pensam nas coisas do povoado. Aqui, eu participo das reuniões e das missas com os padres. Eu ajunto coisas aqui para levar para as pessoas da roça. [ao ser perguntado sobre o que as pessoas solicitam nas reuniões em que participa] Elas pedem coisas, os padres dão roupas e pão”. C2, sexo masculino, 56 anos, analfabeto, 1 salário mínimo, Morro das Pedras.

Seis das dez líderes entrevistadas têm histórico familiar de participação e apenas quatro tiveram iniciação no exercício da liderança há mais de oito anos (ver tabela 3.1), sendo

²⁸ O entrevistado C2 trabalha de zelador em uma igreja administrada por padres franciscanos, próximo ao Morro das Pedras.

que os motivos que as levaram a essa participação foram demandas de outros integrantes da comunidade. No grupo de controle, apenas a entrevistada C7 afirma ter um primo que participa de uma associação, da qual ela não sabe o nome²⁹.

“Desde criança minha adrenalina sempre foi a mil. Eu cresci acompanhando minha mãe em mobilizações. Quando eu tinha dez anos participei daquela manifestação [greve dos servidores de ensino no final da década de 70] das professoras na porta da [Igreja] São José. As professoras pediram para que as mães fossem e levassem seus filhos. Minha mãe sempre participou de mobilizações foi e me levou. Quando a PM começou a jogar bombas de gás nas pessoas, minha mãe correu e me puxou pelo braço. O Bilu [criança vizinha, amigo do entrevistado] jogava bolinhas de gude para os cavalos da polícia caírem”. E7, sexo masculino, 39 anos, ensino fundamental completo, 3 s.m.

Os resultados obtidos nos indicadores correspondentes a essas variáveis da dimensão associatividade e suas indicações em relação à hipótese estão nas tabelas abaixo.

Tabela 3.3: Dimensão Associatividade – Líderes comunitárias

Entre- vistada	Variável			Indicação para a hipótese		
	Participação	Histórico	Iniciação	Fortalece	Enfraquece	Indiferente
E1	Muito boa	Existe	Boa	X		
E2	Muito ruim	Inexiste	Boa			X
E3	Muito boa	Existe	Ruim	X		
E4	Muito boa	Existe	Muito boa	X		
E5	Boa	Existe	Muito boa	X		
E6	Muito boa	Existe	Muito boa	X		
E7	Muito boa	Existe	Muito boa	X		
E8	Muito boa	Inexiste	Ruim		X	
E9	Muito boa	Inexiste	Ruim		X	
E10	Muito ruim	Inexiste	Boa			X

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Tabela 3.4: Dimensão Associatividade – Grupo de Controle

Entrevistada	Variável		Indicação para hipótese		
	Participação sócio-política	Histórico familiar de participação	Fortalece	Enfraquece	Indiferente
C1	Muito ruim	Não existe	X		
C2	Boa	Não existe		X	
C3	Muito ruim	Não existe	X		
C4	Muito ruim	Não existe	X		
C5	Muito ruim	Não existe	X		
C6	Muito ruim	Não existe		X	
C7	Muito ruim	Existe	X		

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

²⁹ Segundo C7, seu primo participa da associação por trabalhar com um vereador, que tem significativa atuação parlamentar na zona leste.

3.3 Resultados na dimensão conhecimento

Nessa dimensão, na variável conhecimento sobre os direitos legalmente instituídos, oito das dez líderes entrevistadas responderam de maneira correta a pergunta “o que você faria ao presenciar a apreensão de uma criança com menos de 12 anos, que foi algemada?”.

A resposta correta é uma demonstração de conhecimento sobre as leis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente³⁰, com o qual a maioria das líderes lida³¹. Um exemplo é a seguinte declaração:

“O menor tem que ser levado para a Delegacia Especializada de Orientação ao Menor. O Juizado, o Ministério Público e o Conselho Tutelar necessitam ser informados, pois são responsáveis por garantir os direitos de quem tem de zero a doze anos”. E1, sexo feminino, 43 anos, 6ª. série do ensino fundamental, 1 ½ s. m., Taquaril.

Dois líderes do sexo masculino responderam inadequadamente, embora a questão tenha sido formulada explicitando idade e o uso de algemas, aspectos relevantes para a atuação policial dentro dos parâmetros legais. O trecho seguinte ilustra uma resposta de quem, embora atue especificamente com crianças e adolescentes, não indica regras ou procedimentos legais adequados que possam ser seguidos.

“Eu conheço bem os direitos da criança, mas, de forma geral, direito não é executado. Nesse caso, eu tentaria negociar com a polícia. Eu já negocieei com a polícia para liberar um menor usuário de drogas que estava algemado, que, hoje, joga [futebol] na segunda divisão, em Portugal”. Entrevistada E5, 60 anos, 2ª. série do ensino fundamental, 2 s.m., Morro das Pedras.

Todas as entrevistadas do grupo de controle responderam de forma incorreta a pergunta da apreensão da criança. As sete pessoas desse grupo afirmam ter “ouvido dizer” sobre o Estatuto, mas desconhecem aspectos básicos da legislação, inclusive a diferença entre criança e adolescente. Três das entrevistadas acreditam que o menor (expressão usada para criança ou adolescente) não possa ser algemado por que a “lei dá a eles muitas regalias”. Outras duas disseram que seria necessário saber o que o menor fez para saber se ele poderia ou não ser algemado. E outras duas não sabem se o menor pode ou não

³⁰ Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990.

³¹ Convém ressaltar que duas das líderes, embora tenham respondido corretamente, fizeram comentários depreciativos aos dispositivos do Estatuto. Outras pesquisas poderiam explorar esse aspecto do conhecimento das leis, da divergência quanto ao seu conteúdo e do respeito às leis.

ser algemado, mas, se vissem um ser algemado, não fariam nada pois “é muito perigoso falar a respeito de prisões na favela”.

O senso comum, em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é de que essa legislação foi instituída para beneficiar crianças e adolescentes e que o ECA garantiu apenas os direitos daqueles. Quando as líderes comunitárias e as entrevistadas do grupo de controle afirmam que “necessitariam saber o que o menor estava fazendo para saber que providências adotar” não significa que essas queriam saber se a criança estava colocando em risco sua integridade física ou de outrem, mas o que motivou a apreensão. O envolvimento com o tráfico, por exemplo, inclui a criança ou o adolescente num grupo que não possui direitos, uma vez que esses desrespeitam os deveres da convivência em comunidades.

Na variável conhecimento sobre funcionamento dos órgãos, seis das dez líderes responderam de maneira correta as perguntas: “o que você faz quando um morador lhe procura porque quer conseguir uma vaga na escola para o filho?”; “caso se queira a construção de uma praça, campo de futebol ou rua, como você procederia?”. Essas duas perguntas tratam de demandas frequentes encaminhadas às líderes comunitárias e por este motivo, permitem verificar se as entrevistadas sabem realmente sobre o funcionamento e os trâmites ou se apenas utilizam de contatos pessoais para solucionar as demandas da comunidade.

Quanto à procura de vaga em escola, três líderes responderam assertivamente que encaminhariam à secretaria da escola, recomendando que, se não conseguissem a vaga, deveriam procurar “a Regional na parte de educação” (Administração Regional, Gerência de Educação).

Para a necessidade de construção de equipamentos, todas as seis respostas se aproximaram da linha presente no seguinte depoimento.

“Eu sei que deveria conseguir inscrever a obra no OP [Orçamento Participativo], mas isto não funciona. Muitas obras do OP não aconteceram ou estão paradas. O que funciona mesmo é a mobilização. Não acredito no funcionamento das instituições, por experiência própria. Nós construímos o Taquaril com a mobilização organizada das pessoas que vieram para cá, não com ofícios”.E10, sexo feminino, 48 anos, ensino médio, 2 ½ s. m.

Para o grupo de controle, as perguntas formuladas foram: “o que você faria no caso de ter próximo à sua casa um grande buraco na rua?”, “caso se queira a construção de uma praça, campo de futebol ou rua, como você procederia?”.

Para o caso do buraco na rua, uma entrevistada respondeu não saber a quem procurar, ou seja, desconhece. Quatro responderam corretamente que acionariam a Prefeitura ou a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa (se houvesse vazamento de água). Das outras duas, uma respondeu que juntaria mais gente para reclamar (sem precisar ao certo aonde deveriam ir após se juntarem) e o outro, que os donos dos carros sempre reclamam e a Prefeitura vem consertar.

Para a necessidade de construção de equipamentos, todas as sete respostas foram “não sei”.

Na variável conhecimento do processo legislativo, seis responderam de maneira correta a pergunta: “de que maneira um vereador ou um deputado estadual podem ajudar sua comunidade?”. As líderes com maior tempo de exercício demandam com frequência os vereadores e deputados estaduais para melhorias de infra-estrutura e leis que beneficiem as comunidades de periferia, principalmente no tocante à regularização da posse. Apesar das críticas e cuidados que alegam ter que adotar para que não ocorra uso indevido da associação ou dos moradores (os exemplos são sempre para fins eleitoreiros). O entrevistado E6 afirma que não procuraria políticos, vez que “eles usam as pessoas”. E conclui dizendo que “os políticos é que devem trabalhar para a comunidade e não a comunidade deve trabalhar para os políticos”³².

Dentre os entrevistados do grupo de controle, todos afirmaram que os políticos só querem ficar ricos e que eles não ajudam a comunidade. Entretanto, o entrevistado C2 ressalta que na “roça” (cidade do interior) os políticos pensam mais nas pessoas do povoado e atendem mais os pedidos. Neste grupo, as entrevistadas desconhecem o papel dos membros do legislativo, qual seja, representar e encaminhar as demandas da sociedade.

Apenas três líderes responderam afirmativamente a pergunta “você conhece os caminhos que um processo segue quando chega ao judiciário?” (a resposta poderia

³² Durante a entrevista, em vários momentos, o líder fez abordagens depreciativas da atuação de políticos nas comunidades, em especial no Morro das Pedras.

contemplar o processo civil ou criminal). A variável conhecimento do processo judicial foi a que apresentou um maior número de entrevistadas que desconhece (quatro) o processo ou que apenas “ouviu dizer” (três).

Todos as sete entrevistadas do grupo de controle responderam que desconhecem o trâmite de um processo no poder judiciário.

Os resultados obtidos nos indicadores correspondentes a essas variáveis da dimensão elementos de informação e suas indicações em relação à hipótese estão na tabelas 3.5 e 3.6.

Tabela 3.5: Dimensão Conhecimento – Grupo de Controle

Entre vistada	Variável Conhecimento				Indicação para a hipótese		
	Direitos e deveres	Funcionamento dos órgãos	Processo legislativo	Processo judicial	Fortalece	Enfraquece	Indiferente
C1	Desconhece	Vago	Desconhece	Desconhece	X		
C2	Desconhece	Vago	Desconhece	Desconhece	X		
C3	Desconhece	Desconhece	Desconhece	Desconhece	X		
C4	Desconhece	Preciso	Desconhece	Desconhece	X		
C5	Desconhece	Preciso	Desconhece	Desconhece	X		
C6	Desconhece	Preciso	Desconhece	Desconhece	X		
C7	Desconhece	Preciso	Desconhece	Desconhece	X		

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Tabela 3.6: Dimensão Conhecimento – Líderes Comunitárias

Entrevistada	Variável Conhecimento				Indicação para a hipótese		
	Direitos e deveres	Funcionamento dos órgãos	Processo legislativo	Processo judicial	Fortalece	Enfraquece	Indiferente
E1	Preciso	Preciso	Preciso	Preciso	X		
E2	Preciso	Preciso	Preciso	Vago	X		
E3	Preciso	Preciso	Vago	Vago		X	
E4	Preciso	Preciso	Preciso	Preciso	X		
E5	Vago	Vago	Vago	Desconhece			X
E6	Vago	Vago	Vago	Vago			X
E7	Preciso	Preciso	Preciso	Preciso	X		
E8	Preciso	Vago	Preciso	Desconhece		X	
E9	Preciso	Vago	Vago	Desconhece		X	
E10	Preciso	Preciso	Preciso	Desconhece	X		

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

3.4 Resultados na dimensão reflexividade

Nessa dimensão, na variável oportunidade de contatos com autoridades e profissionais especializados, a classificação freqüente foi atribuída a nove das dez líderes comunitárias entrevistadas. A importância dessa freqüência para a dimensão reflexividade pode ser notada pela declaração abaixo.

“Uma das melhores formas de aprendizagem é a participação em reuniões. Nunca recebi dinheiro. Na verdade, foi uma troca. Eu dava um trabalho voluntário e recebia em troca a formação, que se deu com essas participações e em cursos gratuitos. Esses encontros me possibilitaram um nível maior de informação e ampliação do conhecimento. E eu me considero rica porque eu tenho um maior nível de informação que as pessoas do Taquaril. Essas informações abriram portas para que eu conhecesse outros profissionais e, a partir desses contatos, fazer reflexões e melhorar meu trabalho. Nos contatos que faço, encaminho demandas das pessoas do Taquaril”. E1, sexo feminino, 43 anos, 6ª. série do ensino fundamental, 1 ½ s. m.

Para a variável acesso à informação, a classificação muito boa foi atribuída a duas entrevistadas e a classificação boa, a seis delas. A opinião de uma líder do Morro das Pedras ressalta a importância da leitura no processo de reflexão. “A leitura possibilita uma reflexão melhorada. Sempre gostei de ler, mas agora, na escola, a freqüência [da leitura] aumentou porque é obrigatória”. Entrevista E3, 31 anos, 1 s.m, ensino fundamental completo.

Para a amostra das líderes comunitárias, os resultados obtidos nos indicadores correspondentes às variáveis da dimensão reflexividade e suas indicações em relação à hipótese estão na tabela abaixo.

Tabela 3.7: Dimensão Reflexividade – Líderes Comunitárias

Entrevistada	Variável		Indicação para a hipótese		
	Oportunidade de contatos	Acesso a informação	Fortalece	Enfraquece	Indiferente
E1	Freqüente	Boa	X		
E2	Freqüente	Ruim		X	
E3	Freqüente	Muito boa	X		
E4	Freqüente	Boa	X		
E5	Freqüente	Ruim		X	
E6	Freqüente	Boa	X		
E7	Freqüente	Boa	X		
E8	Freqüente	Boa	X		
E9	Freqüente	Muito boa	X		
E10	Ausente	Boa		X	

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Na variável oportunidade de contatos com autoridades e profissionais especializados, a classificação freqüente foi atribuída apenas a um entrevistado do grupo de controle. As outras seis entrevistadas não têm oportunidade de contato.

Para a variável acesso à informação, a classificação boa foi atribuída a seis das sete entrevistadas e a classificação ruim, a uma delas.

Para o grupo de controle, os resultados obtidos nos indicadores correspondentes às variáveis da dimensão reflexividade e suas indicações em relação à hipótese estão na tabela abaixo.

Tabela 3.8: Dimensão Reflexividade – Grupo de Controle

Entrevistada	Variável		Indicação para a hipótese		
	Oportunidade de contatos	Acesso a informação	Fortalece	Enfraquece	Indiferente
C1	Ausente	Boa		X	
C2	Freqüente	Boa		X	
C3	Ausente	Boa		X	
C4	Ausente	Boa		X	
C5	Ausente	Ruim	X		
C6	Ausente	Boa		X	
C7	Ausente	Boa		X	

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

3.5 Resultados na dimensão confiança

Nessa dimensão, na variável existência da opinião confiante, essa opinião esteve presente no caso de quatro mulheres e quatro homens das dez líderes comunitárias entrevistadas. No caso de duas mulheres, a confiança esteve ausente. Dentre as entrevistadas do grupo de controle, a confiança esteve ausente entre seis das sete entrevistadas, sendo duas mulheres e três homens.

Quanto à variável coerência do argumento, nas oito entrevistas em que a opinião confiante esteve presente, os argumentos não foram coerentes. No grupo de controle, nas cinco entrevistas em que a opinião confiante esteve ausente, os argumentos foram coerentes em três delas. A única entrevistada que apresentou opinião confiante também apresentou argumentos coerentes.

Os resultados obtidos nos indicadores correspondentes a essas variáveis da dimensão confiança estão na tabela 3.7 e na tabela 3.8.

Tabela 3.7: Dimensão Confiança – Líderes comunitárias

Entrevistada	IT7	Argumento coerente								Indicação para a hipótese			
	Confiança	IT1	IT2	IT3	IT4	IT5	IT6	IT8	IT9	Confia Coerente	Confia Incoerente	N. confia Coerente	N.confia Incoerente
E1	Presente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não		X		
E2	Presente	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não		X		
E3	Presente	Sim	-	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim		X		
E4	Presente	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim		X		
E5	Presente	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não		X		
E6	Presente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não		X		
E7	Presente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não		X		
E8	Ausente	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não				X
E9	Ausente	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não				X
E10	Presente	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não		X		

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Tabela 3.8: Dimensão Confiança – Grupo de Controle

Entrevistada	IT7	Argumento coerente								Indicação para a hipótese			
	Confiança	IT1	IT2	IT3	IT4	IT5	IT6	IT8	IT9	Confia Coerente	Confia Incoerente	N. confia Coerente	N.confia Incoerente
C1	Ausente	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não			X	
C2	Ausente	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		X		
C3	Ausente	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não			X	
C4	Ausente	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim			X	
C5	Não respondeu	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	-	-	-
C6	Presente	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	X			
C7	Ausente	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim				X

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

Capítulo 4

CONCLUSÃO

“Confio na Polícia Militar. É a única coisa que temos para nos proteger. A Polícia Militar de Minas Gerais é a melhor que existe. Ela pune com rigor as arbitrariedades de seus policiais. [pergunto se não ficaram marcas das arbitrariedades que sofreu durante o período da invasão] Não ficaram marcas. Depois da invasão, eles tiraram os policiais e eu fui até o Comando pedir que eles voltassem. A polícia é a nossa proteção”. E10, sexo feminino, 48 anos, 2 ½ s.m., ensino fundamental completo, Taquaril.

Este estudo teve início com a apreciação da hipótese segundo a qual seria direta a relação entre a confiança e as experiências positivas ou negativas do indivíduo ou de pessoas de seu convívio próximo com a Polícia Militar. Assinalou-se que, entre os estudiosos e nas pesquisas de opinião, é recorrente estabelecer uma relação causal entre as experiências havidas e a confiança.

Contudo, a formulação de Giddens sobre a confiança nos sistemas abstratos permitiu que se investigassem e identificassem outras variáveis e elementos que estariam presentes no estabelecimento da relação de confiança entre indivíduos e instituições. Com o conceito de reflexividade, reafirma-se a possibilidade de os indivíduos examinarem e reformularem as práticas sociais a partir das informações sobre essas mesmas práticas.

Em consonância com esse enfoque, a hipótese central deste trabalho ficou expressa nos seguintes termos: **elementos de informação e reflexão são fatores que intervêm no estabelecimento da confiança na Polícia Militar**. A sustentabilidade desta hipótese foi verificada em quatro dimensões junto a líderes comunitárias, conforme se detalhou nos capítulos 2 e 3. Os mesmos tipos de dados foram levantados junto ao grupo de controle. Em cada dimensão estabeleceu-se uma série de procedimentos a fim de averiguar se o comportamento das variáveis correspondentes fortaleceria ou enfraqueceria a hipótese.

Para que a hipótese fosse aceita estabeleceu-se a condição de que estivesse fortalecida em pelo menos três dimensões por entrevistada. Além desta condição, somou-se a necessidade de entre as líderes entrevistadas pelo menos cinco das dez entrevistadas

estarem assim distribuídas: a) pelo menos três mulheres; b) pelo menos um homem com mais de 50 anos; c) pelo menos um homem com menos de 50 anos.

Entre o grupo de controle, além de requerer-se a hipótese fortalecida em pelo menos três dimensões por entrevistada, seria necessário pelo menos quatro das sete entrevistadas estarem assim distribuídas: a) pelo menos duas mulheres; b) pelo menos um homem com mais de 50 anos; c) presença do entrevistado com menos de 50 anos.

Observando-se a tabela 4.1, conclui-se pela rejeição da hipótese porque esta foi aceita por apenas três das dez líderes entrevistadas.

Tabela 4.1: Dimensões e aceitação da hipótese – Líderes comunitárias

Entrevistada	Sexo	Dimensões				Hipótese
		Associatividade	Conhecimento	Reflexividade	Confiança	
E1	Fem	Fortalece	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Aceita
E2	Fem	Indiferente	Fortalece	Enfraquece	Enfraquece	Rejeita
E3	Fem	Fortalece	Enfraquece	Fortalece	Enfraquece	NANR*
E4	Masc	Fortalece	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Aceita
E5	Masc	Fortalece	Indiferente	Enfraquece	Enfraquece	Rejeita
E6	Masc	Fortalece	Indiferente	Fortalece	Enfraquece	NANR*
E7	Masc	Fortalece	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Aceita
E8	Fem	Enfraquece	Enfraquece	Fortalece	Enfraquece	Rejeita
E9	Fem	Enfraquece	Enfraquece	Fortalece	Enfraquece	Rejeita
E10	Fem	Indiferente	Fortalece	Enfraquece	Enfraquece	Rejeita

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

* Os dados não possibilitam NEM ACEITAR NEM REJEITAR

Em relação ao grupo de controle a hipótese foi aceita, conforme se vê na tabela 4.2. Cinco das sete entrevistadas fortaleceram a hipótese, sendo três mulheres e um homem com mais de 50 anos e um homem com menos de 50 anos.

Tabela 4.2: Dimensões e aceitação da hipótese - Grupo de Controle

Entrevistada	Sexo	Dimensões				Hipótese
		Associatividade	Conhecimento	Reflexividade	Confiança	
C1	Fem	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Fortalece	Aceita
C2	Masc	Enfraquece	Fortalece	Enfraquece	Enfraquece	NANR*
C3	Masc	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Fortalece	Aceita
C4	Masc	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Fortalece	Aceita
C5	Fem	Fortalece	Fortalece	Fortalece	----	Aceita
C6	Fem	Enfraquece	Fortalece	Enfraquece	Indiferente	Rejeita
C7	Fem	Fortalece	Fortalece	Enfraquece	Enfraquece	NANR*

Fonte: Pesquisa Confiança na polícia, Belo Horizonte, 2003.

A rejeição da hipótese na amostra de líderes comunitárias e aceitação desta hipótese no grupo de controle poderia nos levar a crer que elementos de informação e reflexão (previamente definidos neste estudo) não se configuram como fatores intervenientes no estabelecimento da confiança na Polícia Militar.

Embora a hipótese tenha sido rejeitada, o seu sentido geral continua verossímil. É possível que a maneira como se definiram os elementos de informação e reflexão tenha sido inadequada, por exemplo, para captar os graus em que a presença desses elementos pudesse vir a ser efetiva.

O fato da opinião de sete das dez líderes entrevistadas fortalecer a hipótese, na dimensão reflexividade e de seis das sete entrevistadas do grupo de controle opinarem, de maneira tal, que a hipótese fosse enfraquecida nesta mesma dimensão pode indicar que:

- a) os indicadores estabelecidos para mensurar a variável acesso a informação foram inadequados, uma vez que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 98% dos domicílios brasileiros possuem televisão, o que aumenta sobremaneira as chances de contato diário com pelo menos uma fonte de mídia, sem que isto signifique aumento da capacidade de ponderar a partir das informações obtidas;
- b) na variável oportunidade de contatos com autoridades e profissionais especializados é necessário que se procure verificar além da freqüência, a qualidade do contato.

Na dimensão confiança merece destaque o fato de que a opinião de todas as líderes comunitárias enfraqueceu a hipótese, uma vez que estas quando afirmavam confiar (dez das oito) ou não (duas entrevistadas) na Polícia Militar o argumento apresentado não foi coerente. No grupo de controle, o fenômeno observado foi o contrário. Cinco entrevistadas afirmam não confiar na Polícia Militar, e dessas três argumentam coerentemente. Entretanto, pode-se indagar sobre:

- c) a necessidade de balancear o número de questões sobre confiança interpessoal e confiança institucional (apesar dos teóricos do capital social afirmarem que a segunda decorre da primeira);

- d) sobre o risco que corre uma líder comunitária numa favela de chamar a polícia para solucionar uma briga, principalmente se houver envolvidos no tráfico ou feridos.

A reflexão elaborada por Da Matta (1982) possibilita repensar os indicadores possíveis para mensurar a coerência da opinião confiante. O autor, partindo da análise de uma relação violenta entre a lei (que, por seu caráter universal, deveria aplicar-se a todos) e as hierarquias próprias do domínio da família e de sua ética, distingue as lógicas da rua e da casa e a passagem de um para outro domínio, expressa pela já célebre fórmula “você sabe com quem está falando?”. Por esse raciocínio, considera “quebra quebras” e tumultos urbanos como movimentos de reconhecimento social, nos quais a massa de indivíduos destituída e invisível para as autoridades e o governo exige sua personalização destruindo violentamente ônibus e trens. Há vinte anos, ainda no final do regime militar, esse ensaio de compreensão do Brasil asseverou que

“O ato de reivindicar não é fácil, conforme estamos vendo, em sociedades marcadas por um esqueleto relacional, onde os elos pessoais são mais básicos do que as vontades, projetos e desejos dos indivíduos implicados nas relações. A tentativa de mudar o código pessoal – onde eu não conto como indivíduo que tem espaço próprio, mas somente funciono como pessoa (isto é, membro efetivo e integral do grupo que fala por mim) – para um código universal feito de leis que servem para todos e que, no contexto, poderia me favorecer, é sempre vista como algo imoral, impróprio, desabusado”. (Da Matta, 1982:36-7).

Mesmo levando em conta os quinze anos de vigência de uma Constituição democrática, essas balizas autoritárias que configuraram a vida nacional persistem. Tanto situam as práticas ilegais dos agentes policiais quanto influem na idéia que se possa fazer sobre a opinião referente à polícia, que é parte de normas gerais e de serviços por estas regidos, correspondentes a direitos e ao interesse público nos marcos de uma democracia.

Possivelmente, a persistência dessa dificuldade de reivindicar o respeito aos direitos que igualam os indivíduos induza também a pensar quase automaticamente na opinião sobre a polícia como reação direta a experiências concretas, nunca ou quase nunca como resultante de um processo reflexivo, dependente de oportunidades e meios praticamente acessíveis somente a pequenos grupos, que, nas camadas populares, compõem-se usualmente de pessoas que exercem liderança em suas comunidades.

Nessa direção, vislumbra-se a possibilidade de ajuste do instrumento utilizado na pesquisa de campo e posteriores verificações. Tantos indícios encontrados permitem

que se insista na direção de pesquisar os elementos de informação e reflexão que intervêm no estabelecimento da confiança na Polícia Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. (1995). *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- ALMOND, G. e VERBA, S. (eds.). (1981), *The civic culture revisited*. Newbury Park, Ca. Sage Publications.
- AZEVEDO, Marco Antônio. (2001). *Concepções sobre a criminalidade e modelos de policiamento*. Mimeo.
- BANFIELD, E. (1967). *The moral basis of a backward society*. New York, Free Press.
- BAYLEY, David H. (1994). *Police for the future*. New York: Oxford University Press.
- _____. (2001) *Padrões de policiamento: Uma análise comparativa internacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BEATO FILHO, Cláudio C. (1998). *Determinantes da criminalidade em Minas Gerais*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, n.37, p. 74-89.
- BEATO FILHO, Cláudio C. (1999). *Ação e estratégia das organizações policiais*. Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte.
- BEATO FILHO, Cláudio C. (S/D). *Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais*. www.est.ufmg.br/Crisp/
- BEATO FILHO Cláudio C.; BATTUCCI. E.; ESPIRITO SANTO L. E.; SAPORI L. F.; SANTOS M. A. C.; MORAIS P. C. C.; ASSUMÇÃO R.; SILVA S. L. F. (2000). *Criminalidade violenta em Minas Gerais – 1986 a 1997*. www.est.ufmg.br/Crisp/
- BECKER, Howard S. (1997). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. (1973). *A construção social da realidade*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BERRY, David. (1985). *Idéias centrais em sociologia*. Petrópolis : Vozes.
- BITTNER, Egon. *The functions of the police in modern society*. New York: Jason Aronson, 1975.
- BITTNER, Egon. (1990) *Aspects of police work*. Boston: Northeastern University Press.
- BITTNER, Egon. (1967) *The police on skid-row: a study of peace keeping*. American Sociological Review, v.32, n.5, p.690-715, oct.
- BLUMER, Herbert. (1980). *A natureza do interacionismo simbólico*. In: MORTENSEN, C. David (Org.). *Teoria da comunicação: textos básicos*. São Paulo: Mosaico. pp. 38-119.
- BOBBIO, Norberto *et al.* (1997). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel; Lisboa: Bertrand Brasil.
- BRETAS, Marcos Luiz. (1997) *A guerra das ruas - povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- BRETAS, Marcos Luiz. (1997) *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro:1907 -1930*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CARVALHO, José Murilo de. (1999). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.19-43.
- CARVALHO, José Murilo de. (2001). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA (2002) *Vitimização em Belo Horizonte*. <http://www.crisp.ufmg.br/vitimiza.htm>
- COLEMAN, James S. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass./London: The Belkness Press of Harvard University Press.
- _____. (1988) "Social capital in the creation of human Capital". *American Journal of Sociology*, vol. 94, supplement.
- DAHRENDORF, Ralf. (1969). "*Homo sociologicus*". Trad. Manfredo Berger *Homo Sociologicus*. Ensaio sobre a história, o significado e a crítica da categoria do papel social. Rio de Janeiro : Ed. Tempo Brasileiro, 1969. 115 pp.
- DA MATTA, Roberto. (1982). *As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social*. In : PAOLI, M. C. et al. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- DUBET, François. (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil.
- DURKHEIM, Émile. (1993). *Éducation et sociologie*. 4. ed. Paris : Alcan.
- ELIAS, Nobert. (S/D). *Introdução a sociologia*. Portugal: Edições 70.
- ELIAS, Nobert. (1994). *Teoria simbólica*. Portugal: Oeiras, Celta.
- FARR, Robert M. (1988). *As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)*. Petrópolis : Vozes.
- FOUCAULT, Michel. (1984). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1991). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FREITAS, Ananias José de (2001). *O eclipse da política, o mercado e a cobertura jornalística no Brasil: uma análise da cobertura dos três primeiros meses do segundo governo FHC*. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FRIDMAN, Luís Carlos. (1999). *Vertigens pós-modernas* (Giddens, Touraine, Bauman), *Revista Lua Nova*, n.º 47, pp. 157–177, São Paulo, 1999.
- FUKUYAMA, Francis. (1996). *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GIDDENS, Anthony. (1991). *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

- GIGLIO, C. *et al* (2003). *Novos sentidos da educação escolar: projeto Integrar pela Educação*. São Paulo: s.ed. [no prelo].
- GOFFMAN, Erving. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GOFFMAN, Erving.(1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes
- INGLEHART, R. (1988), *The renaissance of Political Culture*. American Political Review, vol.82, n.4, pp. 1203-1229.
- _____ (1997). *Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- INSTITUTO Lúmen de Pesquisa. (1999). *Projeto BH contra a violência: percepção da população sobre a violência urbana*. Vol. I e II. Belo Horizonte.
- KORNHAUSER, W. (1965). *The politics of mass society*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- LIMA, Mirian Assumpção e. (2002) *A Major da PM que tirou a farda*. Rio de Janeiro: Qualiymarck.
- LIMA, Jacob Lima. (2001). *A teoria do capital social na análise de políticas públicas*, Revista Política e Trabalho, pp. 43-67, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.
- LOPES, João. (2002). *A Integração da Segurança Pública em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- LUHMANN, Niklas. (1980). *Legitimação pelo procedimento*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MEAD, George Herbert. (1972). *Espiritu, persona e Sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- MERTON, Robert K. (1970). *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou.
- MIGUEL, Luís Felipe. (1999). *O jornalismo como sistema perito*. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v.11, pp. 197-208, 1999.
- MONET, Jean-Claude. (2001). *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MUNIZ, Jacqueline de O. (1999). *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*. Tese de doutorado em Ciências Políticas. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- PAIXÃO, Antônio Luiz e BEATO F. Cláudio C. (1997) Crimes, Vítimas e Policiais. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1, p.233-248, maio.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. (1988). *Crime, controle social e consolidação da democracia – as metáforas da cidadania*. In: REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guilherme (Orgs) *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice. Revista dos Tribunais. 20-57 pp.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. (1991). *Segurança Privada, Direitos Humanos e Democracia: Notas Preliminares sobre Novos Dilemas Políticos*. *Novos Estudos CEBRAP*, v.31, p.131-141, 1991.

- PAIXÃO, Antônio Luiz. (1993). *A Política da Polícia. Estudos Implementares*, Fundação João Pinheiro. (Mimeo).
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *Polícia e Segurança Pública*. (1991). Revista O Alferes: Belo Horizonte, 9(30): 27-41, jul./set.
- PAIXÃO, Antônio Luiz, BEATO FILHO, Cláudio C. e ASSUNÇÃO, Renato Martins. *A organização policial e o combate à criminalidade violenta*. (Mimeo).
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *Crimes e Criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981. p.13-44.
- PERALVA, Angelina. (2000). *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: PAOLI, Maria Célia et al. *A violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PINHEIRO, Vanderlei Martins. (1984). *Organizando atividades de Polícia Militar: ensaios*. Porto Alegre: Academia de Polícia Militar.
- PUTNAN, Robert D. (1996). *Comunidade e democracia : a experiência da Itália*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- REINER, Robert. *The politics of the police*. Toronto/Buffalo: University of Toronto Press. [s.d.].
- SELIGSON, Mitchell A, RENNÓ, Lúcio R. (2000) *Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional*. DADOS Revista de Ciências Sociais, RJ Vol 43 n4, pp783 a 803.
- SELIGMAN, Adam B. (1997) *The problem of trust*. Princeton University Press, New Jersey.
- SILVA NETO, Severo Augusto da. (1995). *Ideologia e cultura organizacional da Polícia Militar : diagnóstico e viabilidade*. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar.
- SOARES, Luiz Eduardo. (2000). *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Elenice de. (1999). *Policciamento comunitário em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 183p. Curso de Sociologia.
- STOMPKA, Piotr. (1997). *Trust*. Princeton University Press, New Jersey.
- TILLY, Charles. (1985) *War Making and State Making as Organized Crime*. In: EVANS, Peter et al (Ed). *Bringing the state back in*. Cambridge University Press.
- TURNER, Jonathan H. (1990). *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo : Makron Books.
- WEBER, Max (1968). *Economy and society*. Nova Iorque : Bedminster Press.

APÊNDICE

ANEXO A

Roteiro de entrevista para líderes comunitárias

1ª Parte:

Dados do perfil sócio-econômico

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Renda:

2ª Parte:

Dimensão Associatividade

Participação Sócio-política

Gradação:

Reuniões e encontros: () menos de uma vez por semana () quinzenal () mensal

Extensão

Quais foram seus dois últimos envolvimento com demandas da comunidade? Como iniciou e terminou?

Histórico familiar de participação:

Na sua família existem outras pessoas envolvidas em movimentos coletivos (explicar: associação comunitária, partidos políticos, sindicatos e movimentos reivindicatórios)?

Caso positivo, anotar o grau de parentesco e o tipo de movimento.

Iniciação no exercício da liderança

Quando e como se deu sua iniciação na participação em movimentos coletivos?

Dimensão Conhecimento

Conhecimento sobre os direitos legalmente instituídos.

O que você faria ao presenciar a apreensão de uma criança com menos de 12 anos, que foi algemada?

Conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos

O que você faz quando um morador lhe procura porque quer conseguir uma vaga na escola para o filho?

Caso se queira a construção de uma praça, campo de futebol ou rua como você procederia?

Conhecimento do processo legislativo

De que maneira um vereador ou um deputado estadual podem ajudar sua comunidade?

Conhecimento do processo judicial

Você conhece os caminhos que o processo segue quando chega a justiça?

Dimensão Reflexividade

Oportunidade de contatos com autoridade

Frequência do contato

() até dez dias () mensal () mais de um mês

Acesso a informação

Frequência do acesso

() diariamente () semanalmente () acima de uma semana

Uso de fontes

() três mídias diferentes () duas mídias () uma mídia

Dimensão Confiança

IT1) Você diria que as pessoas da comunidade são muito confiáveis, confiáveis, pouco confiáveis ou não são confiáveis?

IT2) Você diria que as pessoas da comunidade, na maioria das vezes, pensam em ajudar o próximo ou a si mesmas?

IT3) Você diria que as pessoas da comunidade, na maioria das vezes, aproveitariam uma oportunidade pensando apenas nelas mesmas ou elas pensariam nos outros?

IT4) Você confia nas promessas dos outros ou não?

IT5) Você diria que as pessoas da comunidade são boas ou más?

IT6) Você confiaria no que disse uma pessoa que acabou de conhecer ou não?

IT7) Você confia ou não na Polícia Militar?

IT8) Quando algum familiar seu ou vizinho tem um problema sério de saúde você recorre à polícia ou não?

IT9) Quando algum familiar seu ou vizinho se envolve numa violenta briga, inclusive com feridos, você recorre à polícia ou não?

ANEXO B

Roteiro de entrevista para o grupo de controle

1ª Parte:

Dados do perfil sócio-econômico

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Renda:

2ª Parte:

Dimensão Associatividade

Participação Sócio-política

Gradação:

Reuniões e encontros: () menos de uma vez por semana () quinzenal () mensal

Extensão

Quais foram seus dois últimos envolvimento com demandas da comunidade? Como iniciou e terminou?

Histórico familiar de participação:

Na sua família existem outras pessoas envolvidas em movimentos coletivos (explicar: associação comunitária, partidos políticos, sindicatos e movimentos reivindicatórios)?

Caso positivo, anotar o grau de parentesco e o tipo de movimento.

Dimensão Conhecimento

Conhecimento sobre os direitos legalmente instituídos

O que você faria ao presenciar a apreensão de uma criança com menos de 12 anos, que foi algemada?

Conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos

O que você faria no caso de ter próximo à sua casa um grande buraco na rua?

Caso se queira a construção de uma praça, campo de futebol ou rua como você procederia?

Conhecimento do processo legislativo

De que maneira um vereador ou um deputado estadual podem ajudar sua comunidade?

Conhecimento do processo judicial

Você conhece os caminhos que o processo segue quando chega a justiça?

Dimensão Reflexividade

Oportunidade de contatos com autoridade

Frequência do contato

() até dez dias () mensal () mais de um mês

Acesso a informação

Frequência do acesso

() diariamente () semanalmente () acima de uma semana

Uso de fontes

() três mídias diferentes () duas mídias () uma mídia

Dimensão Confiança

IT1) Você diria que as pessoas da comunidade são muito confiáveis, confiáveis, pouco confiáveis ou não são confiáveis?

IT2) Você diria que as pessoas da comunidade, na maioria das vezes, pensam em ajudar o próximo ou a si mesmas?

IT3) Você diria que as pessoas da comunidade, na maioria das vezes, aproveitariam uma oportunidade pensando apenas nelas mesmas ou elas pensariam nos outros?

IT4) Você confia nas promessas dos outros ou não?

IT5) Você diria que as pessoas da comunidade são boas ou más?

IT6) Você confiaria no que disse uma pessoa que acabou de conhecer ou não?

IT7) Você confia ou não na Polícia Militar?

IT8) Quando algum familiar seu ou vizinho tem um problema sério de saúde você recorre à polícia ou não?

IT9) Quando algum familiar seu ou vizinho se envolve numa violenta briga, inclusive com feridos, você recorre à polícia ou não?